



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO REIS VELLOSO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E QUANTITATIVAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA CLAUDIVANE COSTA DE OLIVEIRA

**RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHILE: UMA ANÁLISE DO
DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL ENTRE O PERÍODO DE 2009 A 2018**

**PARNAÍBA – PI
2020**

MARIA CLAUDIVANE COSTA DE OLIVEIRA

**RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHILE: UMA ANÁLISE DO
DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL ENTRE O PERÍODO DE 2009 A 2018**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Delta do Parnaíba.

Orientador: Mestre José Ribamar Pereira

**PARNAÍBA – PI
2020**

MARIA CLAUDIVANE COSTA DE OLIVEIRA

**RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHILE: UMA ANÁLISE DO
DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL NO PERÍODO DE 2009 A 2018**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Delta do Parnaíba.

Orientador: Mestre José Ribamar Pereira

APROVADO EM 27/01/2021

BANCA EXAMINADORA



Mestre Jose Ribamar Pereira
Professor Orientador



Dr. Maria Helena Cortez De Melo Pires
Prof.º Membro



Dr. Osmar Gomes de Alencar Júnior
Prof.º Membro

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Biblioteca Prof. Cândido Athayde
Serviço de Processamento Técnico

O482r Oliveira, Maria Claudivane Costa de
Relação bilateral entre Brasil e Chile: uma análise do desempenho da
balança comercial entre o período de 2009 a 2018 [recurso eletrônico] /
Maria Claudivane Costa de Oliveira. – 2020.
1 Arquivo em PDF

Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal
do Delta do Parnaíba, 2020.
Orientação: Prof. Me. José de Ribamar Pereira.

1. Balança Comercial. 2. Índice de Relação de Troca. 3. Relação
Bilateral. I. Título.

CDD: 337

Dedico este estudo monográfico a meus pais,
Raimundo Antônio e Evanda, por todo
incentivo, amor incondicional e exemplo de
vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que na Sua infinita bondade, me deu sabedoria, paciência, força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante essa trajetória. Obrigada por ouvir minhas orações, por me renovar e proteger sempre.

Aos meus pais, Evanda e Raimundo Antônio, a quem devo toda minha gratidão, respeito e amor incondicional. Sou grata pela dedicação, pelo o amor incondicional e por tudo que fizeram e fazem por mim, por serem meu maior exemplo de honestidade, superação, persistência e fé, por todas as vezes que renunciaram seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. A eles que formaram os fundamentos do meu caráter e são o meu porto seguro, acreditando no meu potencial, partilho a alegria e emoção deste momento. Amo-os desmedidamente.

Agradeço também, a minha irmã, Maria Elivane, pela amizade, pelo apoio, cuidado e todo amor dedicado a mim. Obrigada por ter me ensinado a compartilhar e que o amor não se divide, apenas soma-se.

Ao meu noivo, John Mota, meu amor e companheiro de vida. Sou grata pela paciência, pelos abraços que tanta me conforta e por sempre me fazer sorrir. Obrigada pelo permanente encorajamento, por sonhar comigo e fazer essa trajetória ser mais leve e florescente. A ele que é meu ponto de equilíbrio, que sempre esteve presente em todos os momentos, tornando-se parte dessa grande conquista, da minha história e da minha vida.

A todos os meus amigos, dentro e fora da graduação, obrigada por todo carinho, momentos compartilhados e apoio que deram durante esta caminhada. Agradeço aqueles que fizeram dessa trajetória mais divertida e aqueles que, mesmo distantes, acreditaram em mim e me deram forças para continuar.

Por fim, estendo os votos de agradecimentos aos mestres professores. Muito obrigada por todos os ensinamentos, inspirações e motivações. Em especial, gostaria de agradecer o professor Mestre José Ribamar Pereira, meu orientador pela confiança em mim depositada, por seus ensinamentos e sua disponibilidade em me ajudar nessa etapa tão importante para um acadêmico. A todos vocês, deixo a minha gratidão!

“Por isso não temas, pois estou com você, não tenha medo, pois sou seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei, eu o segurarei com a minha mão direita vitoriosa. ”

Isaias 43:10

RESUMO

O comércio internacional é essencial e estratégico para promover o desenvolvimento econômico e social de uma nação. O processo de globalização resulta na abertura simultânea das economias nacionais, esse fenômeno é essencial para o avanço do comércio internacional. Assim, a relação bilateral entre Brasil e Chile é marcada pela reciprocidade e pelo dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial. Desta forma, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: De que forma a relação bilateral entre Brasil e Chile impacta sobre a balança comercial desses países? De modo a responder esse questionamento o objetivo geral é verificar o desempenho da balança comercial entre Brasil e Chile no período de 2009 a 2018, de modo específico, objetiva-se caracterizar o Comércio Internacional e Comércio exterior, apresentar o contexto histórico da relação comercial e diplomática entre Brasil e Chile, além de verificar a variação do intercâmbio comercial Brasil-chile a partir da relação bilateral entre esses países. A metodologia utilizada neste estudo iniciou-se com um levantamento bibliográfico e pesquisa documental, para que fossem selecionadas literaturas específicas a respeito do problema. Em continuidade a isto, utilizou-se o índice de relação de troca para verificar os termos de troca entre Brasil e Chile no período de 2009 a 2018. Portanto, este estudo verificou um desempenho favorável nas transações comerciais entre Brasil e Chile, evidenciando uma maior movimentação comercial e econômica entre os países, com base no período analisado.

Palavras-Chave: Balança comercial. Índice de Relação de Troca. Relação Bilateral.

ABSTRACT

International trade is essential and strategic to promote the economic from a nation and social development. The globalization process results in the simultaneous opening of national economies, this phenomenon is essential for the advancement of international trade. Thus, the bilateral relationship between Brazil and Chile is marked by reciprocity and the dynamism of commercial and business exchange. Thus, this study started from the following question: How does the bilateral relationship between Brazil and Chile impact on the trade balance of these countries? In order to answer this question, the general objective is to verify the performance of the trade balance between Brazil and Chile in the period from 2009 to 2018, in a specific way, aiming to characterize International Trade and Foreign Trade, to present the historical context of the commercial relationship and diplomatic relationship between Brazil and Chile, in addition to verifying the variation of the Brazil-Chile trade exchange based on the bilateral relationship between these countries. The methodology used in this study started with a bibliographical survey and documentary research, so that specific literature about the problem could be selected. In continuation of this, the exchange ratio index was used to verify the terms of trade between Brazil and Chile in the period from 2009 to 2018. Therefore, this study verified a favorable performance in commercial transactions between Brazil and Chile, showing a greater commercial and economic movement between countries, based on the period analyzed.

Keywords: Trade balance. Exchange Ratio Index. Bilateral Relationship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

Figura 01: Exportação, Importação e Balança comercial entre Brasil e Chile no ano de 2019.....	31
Gráfico 01: Participação relativa dos principais produtos importados pelo Brasil oriundos do Chile em 2019.....	27
Gráfico 02: Participação relativa dos principais produtos exportados do Brasil para o Chile no de 2019.....	30
Gráfico 03: Intercâmbio Comercial Brasil-Chile (US\$ bilhões FOB).....	39
Gráfico 04: Importações e Exportações FOB em US\$ entre Brasil e Chile no período de 2009 -2018.....	41
Gráfico 05: Desenvolvimento do preço das importações entre Brasil e Chile no período de 2009/18.....	42
Gráfico 06: Desenvolvimento do preço das exportações entre Brasil e Chile no período de 2009/18.....	44
Gráfico 07: Índice de relação de troca entre Brasil e Chile no período de 2009/18.....	46
Tabela 01: Principais grupos de produtos exportados para o Chile nos anos de 2013, 2014 e 2015 (US\$ milhões).....	28
Tabela 02: Principais destinos das exportações brasileiras nos anos de 2016 e 2017 (US\$ bilhões).....	36
Tabela 03: Principais origens das importações brasileiras nos anos de 2016 e 2017 (US\$ bilhões)	37
Tabela 04: Balança Comercial Brasil-Chile (2008 A 2017) em US\$ bilhões.....	38
Quadro 01: Descrição das variáveis coletadas sobre a balança comercial entre Brasil e Chile.....	34

LISTA DE SIGLAS

AAP3 – Acordo de Alcance Parcial nº 3

ACE 35 - Acordo de Complementação Econômica Chile-Mercosul

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

GATT - General Agreement on Tariff and Trade

IRT- Índice de Relação de Troca

MDIC- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MRE - Ministério das Relações Exteriores

OMC - Organização Mundial do Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Caracterização de Comércio Exterior e Comércio Internacional	14
2.2 Diplomacia Comercial e Diplomacia Econômica.	16
2.3 Liberalização do Comércio Internacional	18
2.4 Globalização e sua influência	19
2.5 Contextualização da Relação bilateral entre Brasil e Chile	22
2.5.1 Relação comercial Brasil-Chile	26
3 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 Índice de relação de troca	35
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 Intercâmbio comercial entre Brasil e Chile	36
4.2 Índice de relação de troca Brasil-Chile	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A globalização é um processo multidimensional, que marca o início de uma evolução histórica, cujos fatores dinâmicos impactam principalmente no âmbito político e econômico. A competitividade seja nos mercados nacionais seja nos internacionais e a constante necessidade dos países obterem melhores resultados a nível econômico adiciona uma crescente importância à internacionalização.

O comércio exterior é uma atividade milenar, ainda no período mercantilista surgiu a teoria do liberalismo econômico voltada para a intensificação das trocas comerciais livres entre os agentes econômicos de diferentes países. O liberalismo defende que o comércio internacional decorre, principalmente, das diferenças existentes entre os diversos países, que buscam complementar suas necessidades internas com produtos e serviços de outros países, que possuem em abundância.

A tendência da globalização das economias, com a formação de blocos comerciais é uma constante mundial, apesar das divergências quanto à forma, velocidade e intensidade. A evolução da ordem econômica mundial depende do desenvolvimento das relações comerciais entre os países, dessa forma, à medida que cresce o comércio internacional, as relações comerciais entre os países enfrentam diversas modificações, dado o dinamismo que rege o Processo Econômico Internacional.

No que se refere ao mercado da América do Sul, especificamente ao processo de abertura comercial do Chile está profundamente ligado aos fundamentos do liberalismo, uma vez que esse tipo de abertura comercial proporcionou ao país importantes momentos históricos de rápido crescimento econômico. Assim, por meio das relações comerciais multilaterais, o país tem parte de sua economia condicionada às suas relações com outros países.

No Brasil o processo de abertura comercial iniciou em 1990, período que representou a ruptura de um modelo protecionista tarifário, que advinha de um modelo de industrialização que se baseava, assim como no Chile, na substituição das importações e de altas tarifas. A abertura comercial brasileira foi marcada por privatização de grandes empresas estatais, permitindo o desenvolvimento industrial do país, contudo, a forma como ocorreu este processo provocou grandes perdas.

Brasil e Chile compartilham de muitas similaridades e valores fundamentais para promover o desenvolvimento social e econômico em ambos os países. Logo, a relação entre

Brasil e Chile é caracterizada pela reciprocidade e pelo dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial.

Nos últimos anos o crescimento dos investimentos bilaterais tem beneficiado a economia e a sociedade de ambos os países, uma vez que o Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, enquanto as empresas chilenas atuam no Brasil em diversas áreas.

Diante do exposto, este trabalho orienta-se na ótica do comércio exterior e visa responder ao seguinte questionamento: De que forma a relação bilateral entre Brasil e Chile impacta sobre a balança comercial desses países? Em virtude da intensidade e dinamismo que caracterizam as relações entre esses países, propõe-se contribuir com as discussões em torno dos impactos derivativos da relação bilateral entre Brasil e Chile.

Portanto, o objetivo central desse trabalho é verificar o desempenho da balança comercial entre Brasil e Chile no período de 2009 a 2018, de modo específico, objetiva-se caracterizar o Comércio Internacional e Comércio exterior, apresentar o contexto histórico da relação comercial e diplomática entre Brasil e Chile, além de verificar a variação do intercâmbio comercial Brasil-chile a partir da relação bilateral entre esses países.

Como metodologia utilizou-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico e documental, para detalhar a literatura já existente acerca do problema. Posteriormente foi utilizado o índice de relação de troca para verificar a relação de troca entre Brasil e Chile no período de 2009 a 2018.

O presente estudo está estruturado além desta introdução e das considerações finais, em três partes: referencial teórico, onde é discutida a literatura a respeito do tema; metodologia, onde são especificados os fundamentos e procedimentos utilizados para atingir o objetivo do presente estudo e por fim, análise e discussão de resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Caracterização de Comércio Exterior e Comércio Internacional

Conforme nos ensina Poyer (2017), o comércio é uma forma inovadora desenvolvida pelo ser humano para elevar o nível de satisfação das sociedades e dos indivíduos, além do advento da produção. Desta forma, a troca comercial promove o bem-estar das comunidades e dos indivíduos atingindo patamares que não poderiam ser atingidos somente com a produção.

A partir da segunda metade do século XVIII a doutrina mercantilista é substituída pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo, o comércio com outros países, então, passa a ser tratado como a principal forma de um país obter impulso no seu crescimento econômico. O liberalismo defende que o comércio internacional decorre, principalmente, das diferenças existentes entre os diversos países, que buscam complementar suas necessidades internas com produtos e serviços de outros países, que possuem em abundância.

Os benefícios do comércio internacional podem ser percebidos no âmbito das nações, pelo aumento do fluxo monetário entre os países; ampliação do mercado de consumo; acesso a uma maior diversidade de mercadorias pela oferta de produtos importados; capacitação tecnológica do parque fabril; geração de empregos, entre outros inúmeros benefícios. Com isso, o comércio internacional certifica que o país que produz em maior quantidade certos produtos, poderá exportar, e o país que não tem condições de produzir, importará. Logo, o comércio exterior está englobado no comércio internacional de um país, no contexto das transações comerciais.

Para Werneck (2011, p. 22):

Comércio internacional é o conjunto das atividades de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre nações, isto é, em que vendedor e comprador estão em países distintos. Comércio Exterior é o conjunto das atividades de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre países e as demais nações.

Segundo Souza (2003), a prática do comércio exterior consiste na transação comercial, na qual os agentes econômicos operam sob a proteção da legislação nacional, sem interferência direta do governo nas operações comerciais.

O comércio exterior é benéfico para as empresas, uma vez que proporciona ampliação de mercados consumidores, promovendo ganhos de escalas e aumento da produtividade, possibilita o acesso a novos fornecedores de insumos e matéria-prima, além de permitir o alcance a novas tecnologias, isto é, permite fragmentar e inovar o processo produtivo, além de beneficiar de vantagens comparativas.

No âmbito nacional, o comércio exterior proporciona para os países aumento do fluxo monetário, crescimento do mercado de consumo, acesso a uma maior variedade de mercadorias pela oferta de produtos importados e geração de emprego. Além disso, é um fator de extrema relevância para o PIB (Produto Interno Bruto), uma vez que sua variação influencia diretamente na Balança Comercial do País em questão.

A teoria moderna do comércio é resultado de uma evolução do pensamento econômico e busca principalmente discutir os determinantes da base, da direção e dos ganhos com o comércio, os mercantilistas Adam Smith e David Ricardo foram precursores fundamentais para proporcionar a estrutura dessa teoria (CARBAUGH, 2008).

Adam Smith era defensor do livre-comércio, afirmando que o comércio promove a divisão do internacional do trabalho. Com o princípio da vantagem absoluta, Smith argumentava que a especialização internacional dos fatores de produção conseguiria aumentar a produção mundial, visto que seria mais vantajoso para cada nação especializar-se na produção dos bens para quais teriam vantagens absolutas.

David Ricardo desafiou a visão de Adam Smith desenvolvendo o princípio da vantagem comparativa, salientando que a nação menos produtiva deveria se especializar na produção e exportação dos bens para qual teria uma vantagem comparativa, dessa forma, seria possível promover um comércio mutuamente proveitoso, mesmo se uma nação possuir uma desvantagem absoluta em relação a outra nação (CARBAUGH, 2008).

Os teoremas de Heckscher e Ohlin e Stolper e Samuelson são utilizados para analisar a competitividade e os efeitos do comércio internacional na economia, os quais estão amplamente baseados no princípio das vantagens comparativas.

O modelo de Ricardo sobre as vantagens comparativas dos países baseado na produtividade do trabalho como determinante do comércio, deu origem a teoria do comércio internacional. Esse modelo, é criticado por considerar que apenas o trabalho é utilizado na produção de bens e serviços, e que o coeficiente trabalho-produto é fixo, entretanto, os fatos apresentam que as diferenças no uso do capital também contribuem para a produtividade do trabalho, podendo esta variável ser utilizada para ampliar a produtividade da mão-de obra (Arbache, 2003).

Diferentemente do modelo ricardiano, Heckscher (1991) e Ohlin (1991) foram os pioneiros na formulação de uma teoria do comércio internacional que tem como pressuposto a diferença na dotação de trabalho, capital e recursos naturais como fatores determinantes do comércio entre os países.

De acordo com o modelo Heckscher-Ohlin (HO), um país exporta bens intensivos no fator em que ele é relativamente mais favorecido. Baseando-se no pressuposto de que todos os países têm a mesma tecnologia, não há economias de escala, a escassez relativa de fatores diferencia os bens, e os países diferem pela dotação dos fatores.

Entretanto, Arbache (2003) salienta que os modelos baseados na escassez relativa dos fatores não explicam a expansão do comércio internacional em razão do crescimento das exportações e importações simultâneas de produtos pertencentes a uma mesma indústria.

2.2 Diplomacia Comercial e Diplomacia Econômica

A prática da diplomacia, enquanto mecanismo do Estado, remonta desde o Império Romano. Para Magalhães (1995), a diplomacia em sentido amplo, é institucionalizada como ferramenta da política externa dos Estados, com o propósito de executar e desenvolver relações mútuas entre os diferentes governos.

Conforme Moreira (2011), a diplomacia consiste no instrumento mais importante da política internacional, e pode ser definida como um conjunto de técnicas e estratégias para conduzir o processo de negociação entre os Estados, com o propósito de nortear o seu relacionamento externo, político, econômico, cultural e militar com outras potências internacionais.

A prática da diplomacia representa um pilar importante para o desenvolvimento econômico e social dos Estados, para a promoção do comércio e integração econômica e da cidadania em aspectos mais amplos. Morgenthau (2003) afirma que a função da diplomacia consiste em analisar o potencial dos objetivos das outras nações perante os recursos disponíveis e determinar até que ponto é compatível entre si, com a finalidade de aplicar os mecanismos apropriados para a execução desses objetivos, visando garantir o sucesso da política externa e harmonia mundial.

Visto os elementos básicos da diplomacia, é pertinente o entendimento da relação entre política externa e diplomacia, visto que a diplomacia é instrumental face através da qual se aplica a política externa, ou seja, executar a política externa acarreta precisamente na aplicação de meios diplomáticos.

Conforme Naray (2008), a diplomacia comercial é uma operação coordenada pelos representantes do Estado, com status de diplomatas, visando alavancar os negócios. A atividade objetiva consolidar o desenvolvimento comercial, mediante uma sequência de promoções de acordos e facilitação de transações comerciais.

Os governos estimulam a competitividade de suas economias, visando se preparar para as oportunidades e ameaças do setor exportador doméstico pela eficiência política, além das pressões dos mercados globais. O objetivo com a promoção comercial é gerar empregos, proporcionar o crescimento econômico e das receitas fiscais.

Portanto, a diplomacia comercial desempenha um papel fundamental para os governos e empresários, os governos se beneficiam diretamente com o acesso expressivo a mercados para seus produtos, à medida que os empresários se beneficiam com o impacto bem-sucedido do governo e do país na imagem das suas empresas.

A diplomacia econômica ganhou especial atenção durante a Revolução Industrial no século XIX, em que os Estados compreenderam a importância da abertura de novos mercados para seus produtos e o quanto seria vantajoso regulamentar o comércio em tratados internacionais.

Conforme Almeida (2017), a cronologia do processo fundador da diplomacia econômica, corresponde a momentos decisivos da própria estruturação do estado nacional, desta forma, a formação da diplomacia econômica brasileira foi considerada politicamente essencial para a constituição da ideologia desenvolvimentista.

Almeida e Navega (2008) afirmam que na concepção clássica da diplomacia, essa relação se concentrava entre política externa e os instrumentos militares, na atualidade, essa relação é vista basicamente envolvendo o mundo econômico, especificamente os grandes determinantes da produtividade e da competitividade contemporânea, isto é, a diplomacia converte certa condição econômica em ganhos efetivos no terreno da política internacional.

Deste modo, a diplomacia é capaz de identificar novas condições no âmbito externo e formular novas ações para o desenvolvimento do futuro previsível. Portanto, a diplomacia econômica é usada pelos países que buscam destaque no cenário econômico internacional, bem como maior participação nas transações mundiais de comércio.

A globalização instituiu aos sistemas modernos a necessidade de defenderem seus interesses econômicos no âmbito internacional e de promoverem a gradativa inserção de suas empresas no comércio externo. Em épocas de crises, o crescimento do saldo da balança comercial ou dos investimentos estrangeiros diretos são soluções eficazes para combater os impactos negativos, deste modo, atualmente, é indispensável a integração política e econômica entre os países, uma vez que o mercado externo é visto como fonte de oportunidades, investimentos e transferência de tecnologia.

2.3 Liberalização do Comércio Internacional

O pensamento de liberalização surgiu após o final da Segunda Guerra Mundial, quando os impactos negativos ameaçaram todo o sistema financeiro, comércio internacional e iniciou-se a reconstrução econômica internacional. A reconstrução econômica além de estabelecida pelas novas relações de poder político-econômico criadas pelo pós-guerra, pode ser compreendida pela reestruturação das relações econômicas internacionais no pós-depressão da década de 1930 (OLIVEIRA, 2007).

As negociações iniciadas na Conferência de Bretton-Woods que modificaram as políticas econômico-comerciais internacionais deram origem em 1947 ao sistema General Agreement on Tariff and Trade (Gatt), princípio estabelecido com a finalidade de eliminar as barreiras comerciais internacionais e reduzir as tarifas alfandegárias. Esta prática proporcionou amadurecimento nas rodadas multilaterais de negociações internacionais, mediante a liberalização do comércio e transparência no banimento de mecanismo não tarifário, este sistema permanece em vigor até hoje, incorporado pelo Tratado de Marrakesh.

Outro princípio norteador do comércio internacional é a Organização Mundial do Comércio (OMC), que desde 1º de janeiro de 1995 tem desempenhado fundamental papel no cenário internacional. Pautada pela promoção de cooperação e controle de interesses internacionais. Este sistema aperfeiçoando as práticas adotadas pelo Gatt, tem caráter multilateral de acordos, constituído pela liberalização das relações comerciais, redução de tarifas, banimento das barreiras alfandegárias e proibição à discriminação.

Portanto, esses princípios visavam um mercado internacional liberalizado, impondo normas e regras que eliminassem as barreiras que impossibilitavam e ainda impossibilita a realização de tal objetivo. Também instituir um foro permanente de negociações e implantar acordos multilaterais internacionais, além de administrar o sistema de Revisão de Políticas Comerciais.

Nesse ambiente internacional, as negociações realizadas entre países com sua multiplicidade de poder, interesses e identidade, caracteriza a sociedade internacional contemporânea por uma imensa complexidade de ideias, visões e valores. Assim, a complexidade internacional atual envolve riscos e incerteza em relação as transações domésticas, em virtude de parâmetros que não são restritos ao ambiente nacional dos dois países.

O crescimento em escala cada vez maior do comércio internacional indica que diplomatas e políticas necessitam de propriedade intelectual para lidar com as questões

complexas desse cenário, tendo em vista que o grau de complexidade do comércio exterior torna mais sensível e difícil a política entre os países.

Esse crescimento proporciona melhorias e eficiências dos setores com os quais o país tem vantagem competitiva, no entanto, a mudança de mão de obra para esses setores prejudica os setores com menos vantagem competitiva. Deste modo, é de suma importância que os políticos e diplomatas adquiram mais conhecimento a respeito da influência da política de comércio exterior a economia e distribuição de renda da nação.

Conforme Barros e França (2011), o sistema global provoca a necessidade no atual contexto de internacionalização econômica de mais habilidade para lidar com os desafios e particularidades, em um ambiente mais plural que exige dinâmica de integração e negociação por parte dos atores.

Desta forma, o interculturalismo é uma ferramenta fundamental para o sucesso das negociações internacionais entre agentes de culturas distintas, proporcionando inovação e flexibilidade entre os negociadores que interagem em localidades distintas. Com esta nota, o Brasil é visto como uma nação de maior empatia, tolerância à diversidade e cordialidade, no entanto, a particularidade de sua cultura é considerada complexa no mundo internacional, além de fatores como a maneira de comunicação e a burocracia, no qual dificultam a adaptação para estrangeiros.

A sociedade internacional na era da globalização é caracterizada por ser uma sociedade heterogênea, em razão da interação entre os agentes governamentais e não governamentais não ser determinada por uma mesma e única concepção a respeito dos parâmetros que representam a organização da ordem mundial e as formas de estruturação das sociedades e Estados nacionais.

A internacionalização mundial na vida dos países apresenta distintas modalidades e impactos, em razão das características das sociedades, dos Estados e das regiões em que estão inseridos. Portanto, buscar compreender essa complexidade, é fundamental para esclarecer o contexto que se movem a política externa dos países e a esfera de conveniência coletiva num mundo globalizado.

2.4 Globalização e sua influência

A mudança de mentalidade pela cultura brasileira favoreceu a liberalização comercial, promovida pela negociação da Rodada do Uruguai, isto representou uma valorização do mercado e o reconhecimento dos impasses da interferência do Estado, deste modo, as

“famílias políticas” nomeadas com a asserção de uma economia fechada foram inseridas na defensiva do plano ideológico e na visão da opinião pública brasileira. (Castro, 2012).

Conforme Lafer (2018), a crise econômico-financeira da atual conjuntura estimulou a demanda pelo aumento das exportações em razão da redução da demanda interna. Portanto, o comércio exterior tem sido considerado, um fator importante para ajudar amenizar os efeitos da depressão econômica. O aprofundamento do comércio na globalização, é outro instrumento que impulsiona os países a firmar acordos comerciais.

Com a evolução da prática comercial e o aumento do padrão de exigência referente ao processo produtivo e ao consumo superando as regras estabelecidas no âmbito da OMC, torna-se pertinente compreender o papel desempenhado pelo Brasil associado com o Mercosul nesse processo, visando analisar os impactos e possibilidades promovidas ao comércio exterior brasileiro.

Nesse contexto internacional, a postura do Brasil reflete uma potência intermédia, em prol do poder diplomático que buscar exercer, numa época de crise, a divisão entre ordem e poder retratada no plano internacional, de um lado, a atuação para esquivar-se da manutenção soberana do poder concentrada nas grandes potências e, de outro, a desordem que ameaça o sistema internacional, ou seja, o país busca criar condições positivas para uma melhor inserção no sistema internacional, visando atingir os interesses mais amplos na ordem mundial e promover a cooperação entre os Estados.

A política externa trata dos interesses do Estado em relação à comunidade Internacional, através dessa política procura-se assegurar o máximo de influência e projeção internacional do Estado, visando garantir condições favoráveis para o desenvolvimento nacional. Assim, a política externa enquanto campo de atuação estratégico do Estado tem a diplomacia como modo privilegiado de execução.

Pode-se destacar sobre o panorama internacional da globalização que:

O século terminou como havia começado: o capitalismo se tornara global novamente e o mundo era, mais uma vez, capitalista. No entanto, apesar da aparente marcha triunfal do capitalismo global, de continente a continente, os desafios à globalização persistem (Frieden, 2008, p.498.).

Nesse contexto, a economia global em rede desafia o mercado nacional, o comércio em rede é denso e abrangente em termos globais, deste modo, essas mudanças institucionais são incentivadas pela revolução nas comunicações que acelera o ritmo e o fluxo da conectividade comercial e social.

Em tempos modernos, com a globalização dos mercados e a percepção de que, isoladamente, os processos de negociações não seriam eficientes, a formação de blocos econômicos tornou-se regra, deste modo, a formação de blocos econômicos proporciona aos países que buscam fortalecer suas posições no competitivo mercado externo, maior poder de negociação, viabilizando o desenvolvimento econômico.

A partir do século XX, a identidade cultural e a relativa tranquilidade geopolítica deveriam ter proporcionado um processo natural no que diz respeito a integração entre os países na América do Sul, no entanto, os problemas internos de cada país, contribuíram para o atraso das negociações.

Portanto, Frieden (2008) destaca a importância econômica do MERCOSUL, visto que a combinação de força entre os membros atraía mais investimentos estrangeiros, logo, com o desenvolvimento global, o MERCOSUL marcou o êxito dos interesses econômicos dos países que viam o seu futuro nos extensos mercados externos.

Em 1991 o Tratado de Assunção foi assinado com a expectativa de criar e consolidar um modelo robusto de integração econômica, sendo assim, implantou-se o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, para a época, um projeto ambicioso, inovador e revolucionário.

O Mercado Comum do Sul foi fundado nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma tarifa externa e política comercial comum, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados, e harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para fortalecer o processo de integração.

Desta maneira, o MERCOSUL é instrumento de suma importância para o Brasil em razão dos desafios impostos pela globalização, além de proporcionar benefícios para o interesse nacional brasileiro, devido a implementação da Área de Livre Comércio das Américas violentar as intenções brasileiras e deixar o comércio da região mais alinhado à política externa americana.

Segundo Bernal-Meza (1998), o Chile fundamentou sua relação com o MERCOSUL em 21 de junho de 1996, o país visava um *status global trader*, em virtude da qualidade e variedade de sua produção interna. A aproximação de Santiago com Washington é ponto forte para o Comércio Internacional do Chile, resultando em um posicionamento eficaz do Chile em comunhão com o Livre-Comércio e, até hoje, o país exerce um bom desempenho comercial com o Brasil, um dos principais membros do bloco.

Portanto, no mundo atual, nenhuma nação sobrevive em isolamento econômico, a integração dos países assume a forma de movimentos internacionais de bens, serviços, mão-

de-obra, fundos de investimentos e tecnologias. Deste modo, o grau de interdependência econômica entre as nações reflete a evolução econômica e política global e as forças que impulsionam a globalização tem promovido a rápida expansão do comércio internacional.

2.5 Contextualização da Relação bilateral entre Brasil e Chile

Durante o II Reinado no Brasil, as relações exteriores com Chile foram profundamente cordiais, apesar da fragilidade a respeito do intercâmbio comercial, essa relação era sustentada pelos interesses geopolíticos na América do Sul, tendo em vista o desejo comum de reprimir o “perigo” que Argentina representava.

Contudo, a Proclamação da República no Brasil em 1889, implantou um novo regime político, e as diretrizes em termos de relações internacionais foram pautadas com base nos princípios de solidariedade continental, republicanismo e pacifismo, o que implicava nas relações bilaterais com o Chile, e também, numa maior aproximação à Argentina, que até o período anterior, representava um fator de desequilíbrio continental e gerador de tensões, desse modo, a diplomacia brasileira e o governo chileno estavam em alertas a política exterior brasileira promovida por Quintino Bocaiúva.

Conforme Tonelli (1992), inicialmente não houve manifestação por parte do governo republicano brasileiro para manter a relação cordial com o Chile, no entanto, a diplomacia brasileira aproveitou as tensões provocadas pela guerra civil chilena no início de 1891, para validar a amizade ao Chile, contribuindo para pôr um término na guerra e rearticular a relação existente antes da Proclamação da República no Brasil.

Verifica-se que os motivos da aliança fiel entre Brasil e Chile concernem à baixa potencialidade econômica e militar que o Chile tinha em relação ao contexto mundial, a inexistência de fronteiras com o Brasil, o que eliminava parcela dos fatores tendentes a criar tensões entre os países, e a busca conjunta para solucionar problemas americanos.

A intensa relação se revelou na constante troca de cortesias, como por exemplo, homenagens e “missões especiais”, oferta de presentes, visita de navios de um país aos Portos do outro e votos de prosperidades, desse modo, os princípios da política exterior inserido pelo novo regime republicano brasileiro de paz, fraternidade e americanidade estavam sendo colocados em práticas.

Nesse contexto, o intercâmbio diplomático brasileiro-chileno era fundamental e ganhava ainda maior prestígio, pois o Chile era o terceiro país em importância da América do Sul, após Brasil e Argentina no mesmo período. Além do modesto intercâmbio diplomático, o

comércio bilateral era outro aspecto importante entre as relações internacionais Brasil-Chile, visto que, tradicionalmente, os dois países nunca foram economias competitivas pelos mesmos mercados mundiais.

Tonelli (1992) afirma que no período da República Velha, o Brasil exportava principalmente café, borracha, cacau, fumo, cana-de-açúcar e erva-mate, enquanto o Chile era extremamente dependente do nitrato de salitre, dominando a produção e exportação mundial do mesmo, além do cobre, carvão e outros artigos minerais que também eram exportados pelo país. Consequentemente, entende-se que em função do dinamismo da pauta de exportação de ambos os países, jamais Brasil e Chile disputariam mercados internacionais, o que preservava a amizade entre eles.

Ao longo das primeiras décadas do século XX o Brasil pouco importou do Chile devido a inexistência de infraestrutura adequada, com isto, prevaleceu a compra de salitre para o uso como fertilizante em terras desgastadas, já as exportações brasileiras para o Chile se concentraram em café e erva-mate, visto que a margem média das exportações gerou um superávit no comércio bilateral em favor do Brasil.

Certamente, o superávit brasileiro gerado pelo comércio bilateral com o Chile, aprofundou-se cada vez mais ao longo do período, logo, essa intensa relação era extremamente benéfica para a economia brasileira. O Chile era produtor exclusivo de salitre e cobre e necessitava do café e da erva-mate brasileiro, apesar da baixa elasticidade, o Brasil não poderia desprezar a demanda chilena por café, o país também era importante produtor de erva-mate, enquanto o Chile era um grande consumidor, logo, era um mercado oportuno que o Brasil garantiu não romper relações.

Em 1973, o Chile adotou uma política de substituição de importações, seguindo um comportamento liberal para a estabilização dos preços e para o comércio exterior, eliminou a diversidade de taxas de câmbio e facilitou a regulamentação bancária, visando promover a desregulamentação da economia.

Veiga e Correia (1992) afirmam que para o Chile, a abertura do comércio exterior e a orientação liberal das políticas de estabilização e industrial acarretaram na intensiva especialização industrial em recursos naturais e na desindustrialização em setores menos competitivos. É pertinente destacar a partir dessas medidas a intensificação do comércio exterior chileno, a diversificação das exportações dos manufaturados de cobre e o crescimento das exportações de produtos agroindustriais.

Reagindo a crise de estabilização econômica dos anos 70, o Brasil buscou estimular o processo de substituição de importações por meio da introdução doméstica de indústrias

produtoras de insumo básicas e bens de capital, esquivando-se do desaquecimento da demanda interna.

O contingenciamento administrativo, a adoção de barreiras não tarifárias às importações e a concessão de incentivos fiscais as exportações estabeleceram a política de comércio exterior da época. Apesar da maxidesvalorização da política cambial, as tentativas de controle as importações não alcançaram êxito, em razão do segundo choque de petróleo e do aumento das taxas de juros internacionais.

Nesse contexto, o Brasil possuía uma economia autarquizada e verificou-se uma concentração na pauta das exportações, por isso, o país teve uma tímida participação no comércio mundial ao longo dos anos 80, entretanto, este relativo isolamento da economia brasileira não implicou na relação entre Brasil e Chile.

Conforme Veiga e Correia (1992), entre 1980 e 1991 constatou-se um crescimento de 136% no comércio bilateral Brasil – Chile, esse desempenho é resultado do aumento das exportações brasileiras em 184% e das exportações chilenas em 188% no período de 1985 a 1991. No período de 1975 a 1991, entre os países que estabelecia relação comercial com o Brasil, o Chile foi país que apresentou o melhor desempenho, esse equilíbrio do comércio bilateral entre Brasil-Chile, se manifesta em função do superávit do Brasil com o Chile, sendo este proporcionalmente inferior ao superávit brasileiro com o resto do mundo.

Ainda conforme Veiga e Correia (1992) o comércio bilateral entre Brasil e Chile se expressa como resultados obtidos pela teoria clássica do comércio exterior, considerando a noção de vantagens comparativas, essa teoria defende que é viável comercializar sempre que existir desequilíbrio no custo de oportunidade de duas economias. Desse modo, verifica-se que ao longo da década de 80, o comércio bilateral entre esses países se manteve crescente, sustentado pela interdependência setorial, no qual os principais benefícios desse intercâmbio se destinavam ao Chile, por ser o parceiro de menor porte.

Nesse contexto, as Legações dos dois países, em Santiago e no Rio de Janeiro, foram elevadas à categoria de Embaixada em 1922, como reflexo da importância que as relações bilaterais adquiriam. Desde meados do século XX, Brasil e Chile atuam conjuntamente em projetos que visam à integração econômica da América Latina.

Os países foram membros fundadores da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criadas, respectivamente, em 1960 e 1980. Esses acordos buscavam compensar os obstáculos ao intercâmbio comercial, decorrentes, dentre outros, pela política comercial brasileira. A criação da Associação Latino – Americana de Integração (ALADI), visava promover a expansão e

flexibilização do comércio intrarregional, por meio da permissão de preferências tarifárias e produtos de interesse dos países envolvidos.

Em 1993 foi assinado o Acordo de Alcance Parcial nº 3 (AAP3), tratava-se de um instrumento de intensificação do comércio bilateral, em que a viabilidade se justificava na promoção do comércio intrarregional sem prejuízo do arcabouço protecionista em vigor. O AAP3 visava promover um intercâmbio comercial Brasil-Chile adequado em relação ao desempenho da economia brasileira na promoção do comércio intrarregional, dinamizar o comércio exterior chileno, alocar os recursos de maneira eficiente e gerar ganhos de bem-estar para os envolvidos e viabilizar a expansão do comércio exterior.

No entanto, o aumento da abertura da economia brasileira e a complementariedade dos setores industriais de Brasil e Chile, reduz a funcionalidade do acordo, visto que, a promoção dos ganhos em termos de bem-estar para Brasil e Chile eram relativamente pequeno em virtude da complementariedade de suas economias, logo, em razão do avanço do processo de liberalização comercial entre Brasil e Chile, o AAP3 passou de mecanismo da política econômica para gerador de renda de *rente-seeking*, ou seja, derivada do acesso aos benefícios governamentais provenientes da prática de *lobby* associado as autoridades competentes.

Conforme Lamazière (2017), nos últimos anos essa relação vem se intensificando, resultado de fatos como a introdução do Chile ao MERCOSUL em 1996, na condição de Estado Associado, e pelo intenso calendário de reuniões e visitas, promovendo um grande fluxo de comércio, investimento e turismo.

Para Vieira e Gusmão (2011), desde início do século XXI, Brasil e Chile têm intensificado esforços no âmbito de mecanismos de integração e estabilização, desse modo, celebraram vários acordos, tratados e convênios no âmbito econômico e comercial; entre os mais importantes, caberia destacar os seguintes: Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1947; Convênio sobre Transportes Marítimos, celebrado em Brasília, em 25 de abril de 1974, entrou em vigor em 8 de janeiro de 1975 e o Acordo de Complementação Econômica Chile - MERCOSUL, (ACE 35), assinado em 25 de junho de 1996, em vigor desde 1º de outubro de 1996.

Considerando o interesse em promover a ampliação e diversificação das relações econômicas entre ambos os países, o Convênio sobre Transportes Marítimos visa desenvolver o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Chile por meio de um transporte marítimo eficiente, regular e com tarifas de frete adequadas e estáveis.

O Acordo de Complementação Econômica Chile-Mercosul (ACE 35) busca estabelecer uma área de livre comércio entre as partes, desenvolver o espaço econômico para facilitar a circulação de bens e serviços e a inteira utilização dos fatores produtivos, do mesmo modo que, determina a eliminação, pela aplicação de margens de preferência tarifária, da tarifa geral do Chile (de 7%, em 2002). Alguns produtos sensíveis só foram totalmente liberalizados entre 2011 a 2014, porém, a maioria dos produtos exportados pelo Brasil ao Chile já gozavam de isenção tarifária ou era objeto de tarifas muito reduzidas, na faixa de 1% “ad valorem”.

Em 2010, os países estabeleceram a Comissão Bilateral Brasil-Chile, instância responsável pela coordenação de diversos foros de diálogo e cooperação bilaterais em várias áreas. Duas reuniões foram realizadas no âmbito da Comissão Bilateral: a primeira em Brasília (agosto de 2010) e a segunda em Santiago (abril de 2011).

Conforme MDIC (2018), Brasil e Chile concluíram em 2018 as negociações de um novo Acordo de Livre Comércio que expande o Acordo de Complementação Econômica Nº 35, firmado em 1996. Esse instrumento comercial, trata-se de um acordo amplo, moderno e de alto padrão, com o objetivo de criar regras de última geração para ampliar e estimular o comércio e os investimentos bilaterais, possibilitando maior acesso aos setores de bens e de serviços, em concordância com as dinâmicas atuais da economia internacional.

Portanto, nota-se que a relação bilateral e diplomática entre Brasil e Chile é caracterizada historicamente pela intensidade, lealdade e dinamismo do intercâmbio comercial. Impulsionados por interesses comuns, os países atuaram conjuntamente ao longo do contexto histórico, fortalecendo a aliança comercial e a integração econômica, assim, em razão ao último acordo firmado, os países buscam ampliar e aprofundar cada vez mais a integração comercial bilateral, proporcionando benefícios diretos para os operadores econômicos e consumidores de ambos os países.

2.5.1 Relação Comercial Brasil-Chile

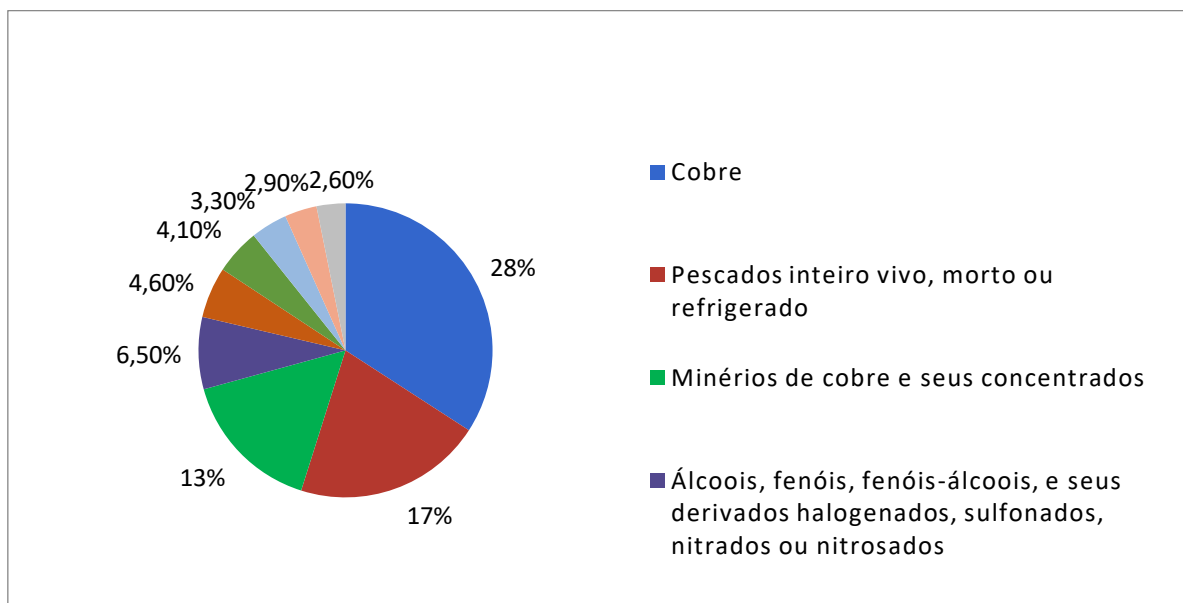
O comércio bilateral entre Brasil e Chile é fundamentado na complementaridade existente entre suas economias, assim como também pelo desenvolvimento promovido pelo ACE-35, vigente desde 1996, que possibilita tarifa alfandegária zero para mais de 97% do universo dos produtos comercializados.

Conforme MRE (2016), o Brasil se privilegia do momento favorável que a economia chilena dispõe nos últimos anos, em razão do crescimento da economia, aumento da renda e

consumo. As empresas nacionais manifestam interesse na área comercial do Chile em virtude do país manter uma economia aberta, com estabilidade macroeconômica, clareza e simplicidade de regras, além de consumidores com capacidade para adquirir produtos finais. Por outro lado, para o Chile o Brasil além de fornecer diversos produtos, possui uma relação adequada entre preço e qualidade, assim como a proximidade física que barateia custos de transportes.

A principal atividade econômica do Chile corresponde a imensas reservas de minerais, a mineração de cobre contribui de forma estratégica para a economia do país e para a geração das receitas de exportação chilena. Conforme MRE (2016), O Chile produz 31,1% do mineral de cobre do planeta, nos últimos anos, o Chile tem representado como o 2º maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul e o 3º maior na América Latina. O **Gráfico 01** demonstra os principais produtos que compõe a pauta das importações brasileiras originárias do Chile em 2019.

Gráfico 01: Participação relativa dos principais produtos importados pelo Brasil oriundos do Chile em 2019.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ComexStat (2019)

Conforme apresentado no **Gráfico 01**, o principal produto importado do Brasil originário do Chile foi o cobre, com aproximadamente cerca de 28% do volume total de importação. Os pescados inteiro vivo, morto ou refrigerado correspondem ao segundo produto de maior volume de importação (17%), sendo seguido pelos minérios de cobre e seus

concentrados (13%), álcoois, fenóis, fenóis-álcoois, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (6,5%) e bebidas alcólicas (4,6%).

A pauta de exportação brasileira para o Chile é bastante diversificada, composta principalmente por produtos manufaturados e produtos primários. Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2017, p.366), o Brasil desde sua formação até os dias atuais apresenta dependência com relação ao setor externo, contudo, as exportações brasileiras para o mundo se resumiam a poucos produtos agrícolas, identificando o país como agroexportador.

Um fato importante a ser destacado é que desde o período do Brasil-colônia as exportações de produtos agrícolas viabilizam a integração do Brasil no mercado internacional, em razão de fatores como o clima favorável, a disponibilidade tecnológica e a técnica. Portanto, é possível afirmar que a pauta das exportações brasileira é composta principalmente por commodities, sendo o Brasil um país agroexportador.

Disto isso, Filho e Lopreato (2016), expõe que o Brasil exerce papel relevante no comércio internacional, com intensa participação de commodities industriais e minerais e produtos semimanufaturados ou industrializados de baixa intensidade tecnológica. A menor colaboração do país no comércio de produtos de alta e média-alta tecnologia ocorre acerca da necessidade de ampliação da capacidade produtiva de tais setores, bem como em razão ao ganho de participação do país no comércio global. A **Tabela 01** apresenta os principais grupos de produtos exportados pelo país para o Chile.

Tabela 01: Principais grupos de produtos exportados para o Chile nos anos de 2013, 2014 e 2015 (US\$ milhões)

Discriminação	2013	2014	2015	Var.%
Combustíveis e lubrificantes				
Exportações brasileiras para o Chile	1.137	2.136	1.125	-1%
Importações totais do Chile	16.901	15.328	8.926	-47%
Part. do Brasil no total do Chile	7%	14%	13%	n.c
Veículos automotores e autopeças				
Exportações brasileiras para o Chile	725	567	570	-21%
Importações totais do Chile	9.826	7.963	7.167	-27%
Part. do Brasil no total do Chile	7%	7%	8%	n.c
Carnes e miudezas, comestíveis				
Exportações brasileiras para o Chile	443	357	349	-21%
Importações totais do Chile	1.170	1.163	1.077	8%
Part. do Brasil no total do Chile	38%	31%	32%	n.c

Discriminação	2013	2014	2015	Var.%
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos				
Exportações brasileiras para o Chile	407	318	287	-29%
Importações totais do Chile	10.449	8.729	8.438	-19%
Part. do Brasil no total do Chile	4%	4%	3%	n.c
Plásticos e manufaturas de plástico				
Exportações brasileiras para o Chile	247	243	227	-8%
Importações totais do Chile	2.487	2.435	2.343	-6%
Part. do Brasil no total do Chile	10%	10%	10%	n.c

Fonte: MDIC (2016)

*n.c.: dado não calculado

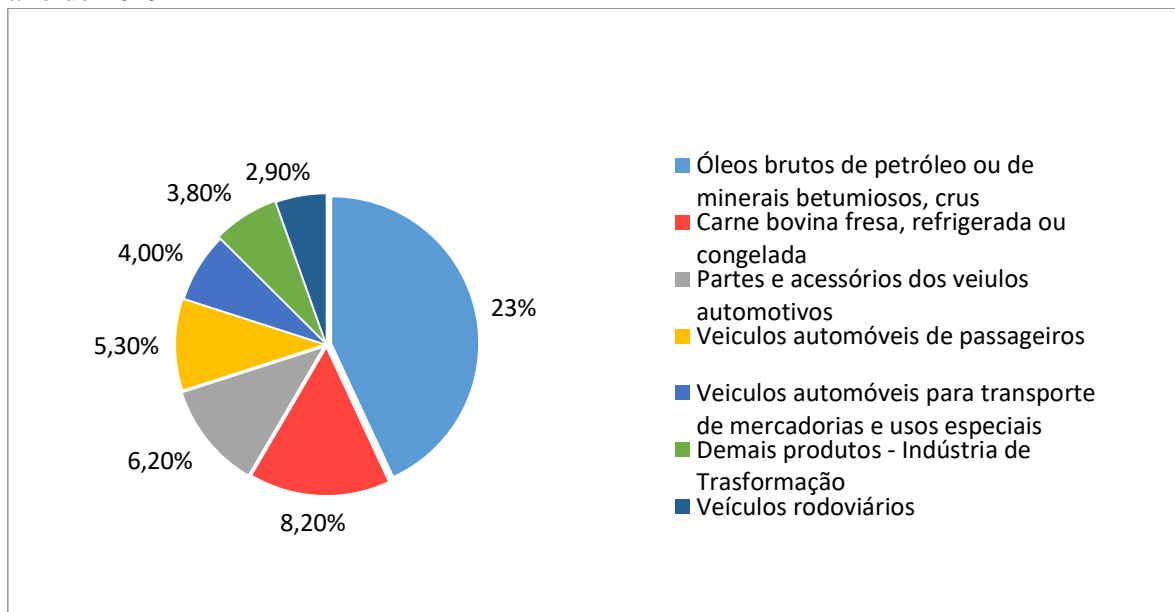
Conforme **Tabela 01**, observa-se que os cinco principais grupos de produtos exportados do Brasil para o Chile, em 2015, foram: combustíveis e lubrificantes atingindo o nível de US\$ 1,12 bilhão, equivalentes a uma participação de 28,3% no total, veículos automotores e autopeças alcançou US\$ 570 milhões, totalizando 14,3%, carnes somaram US\$ 349 milhões (8,8%), máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos somaram US\$ 287 milhões (7,2%) e plástico e manufaturas de plástico atingiram US\$ 227 milhões (5,7%).

Logo, os cinco principais grupos exportados representaram 64% do total. Os produtos manufaturados representaram 58% do total exportado em 2015, seguido dos produtos básicos que somaram 40% e os semimanufaturados obtiveram apenas 2%. Em 2015, o Chile foi o sétimo principal mercado de destino para os produtos manufaturados brasileiros, bem como representou o 28º mercado para o agronegócio do Brasil.

Ainda conforme **Tabela 01**, em 2015 as exportações brasileiras de combustíveis e lubrificantes para o Chile sofreram retração de 47% em decorrência do desaquecimento nas cotações internacionais desses produtos, considerando que, em termos de quantidade, observou-se elevação de 4,5% nas vendas brasileiras direcionadas a esse mercado. Em conformidade, as importações totais do Chile em 2015 sofreram uma retração para US\$ 8,92 bilhões, equivalente a 42%. Em relação as exportações brasileiras de carnes e miudezas comestíveis, entre 2013 e 2015, sofreram decréscimo de 21%, em termos de valor, esse fato pode ser relacionado exclusivamente à retração nos preços internacionais desses produtos, tendo em vista que se verificou um aumento de 7,3% nas quantidades embarcadas. As importações totais do Chile somaram US\$ 1,07 bilhão em 2015. Disto isso, o Brasil representa, historicamente, como o principal fornecedor de carnes ao Chile, alcançando representatividade de 34,4% sobre o total adquirido por esse país em 2015 (MDIC, 2016).

Outro fator que merece destaque é a representatividade dos produtos listados em termos totais das exportações brasileiras para o Chile. O **Gráfico 02** destaca os principais produtos exportados para o Chile em comparativo do ano de 2019 em relação ao ano de 2018.

Gráfico 02: Participação relativa dos principais produtos exportados do Brasil para o Chile no ano de 2019



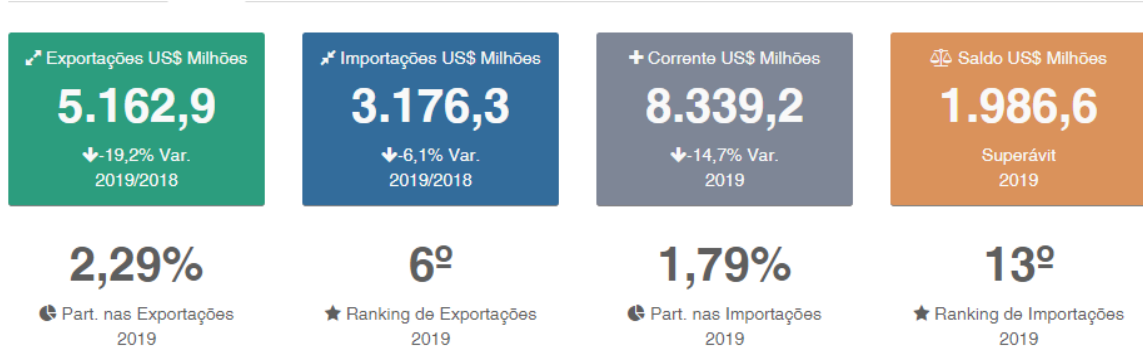
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ComexStat (2019)

Do ponto de vista da composição das exportações do Brasil para o Chile, em 2019, percebe-se que os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus é um dos principais produtos de exportação do Brasil para o Chile, totalizando, em termos relativos, cerca de 23% do total de produtos exportados pelo país (MDIC, 2019). Outro produto de destaque nas exportações brasileiras para o destino mencionado é a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, que representaram cerca de aproximadamente 8,2% das exportações totais do país para o Chile.

De acordo com a MRE (2016), no período de 2004 a 2014, houve um crescimento de 130% na corrente de comércio entre Brasil e Chile. Em 2015, o Brasil foi o terceiro principal fornecedor do Chile, seguido da China e dos EUA e o quinto principal comprador, depois da China, EUA, Japão e Coreia do Sul, entretanto, nesse período a corrente de comércio entre o Brasil e o Chile sofreu decréscimo de 17,9% em relação ao ano de 2014, visto que as trocas comerciais com a América do Sul recuaram 20,9%. Apesar desse decréscimo o Brasil continuou registrando saldo positivo em transações comerciais com o Chile e o superávit do país com o Chile cresceu 140% sobre a cifra contabilizada em igual período do ano anterior.

A **Figura 01** demonstra o comparativo do ano de 2019 em relação ao ano de 2018 acerca do comércio bilateral entre Brasil e Chile.

Figura 01: Exportação, Importação e Balança comercial entre Brasil e Chile no ano de 2019



Fonte: ComexStat (2019)

Conforme **Figura 01**, o comércio bilateral entre Brasil e Chile alcançou um superávit de US\$ 1.986,6 bilhões em 2019. As exportações brasileiras para o Chile atingiram o nível de US\$ 5.162 bilhões em 2019, o que representou um decréscimo de aproximadamente 19% em relação a 2018. Pelo lado da demanda, as importações originárias do mercado chileno sofreram decréscimo de aproximadamente 6% em comparação ao ano anterior, limitando-se a US\$ 3.176,3 bilhões em 2019. Disto isso, apesar da baixa participação do Chile nas exportações (2,29%) e importações (1,79%), o país ainda representa um importante parceiro comercial brasileiro, transacionando produtos em que o Brasil é especialista.

3 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica deriva do grego *métodos* (caminho para chegar a um objetivo) e *logos* (conhecimento), dessa forma, a metodologia são os procedimentos utilizados por determinado método adotado (Richardson, 2011, p.22). Distinguindo da definição de metodologia, conforme Lakatos e Marconi (2003), o método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar determinado objetivo. Etimologicamente, este capítulo apresenta os caminhos percorridos e os instrumentos utilizados para se realizar o estudo.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho trata-se de uma investigação empírica abrangendo a construção de indicadores relativos as exportações e importações para as duas economias a serem estudadas, Brasil e Chile, comparando-as bilateralmente. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 114) sob o aspecto científico na observação empírica “a teoria se refere a relações entre fatos ou, em outras palavras, à ordenação significativa desses fatos, consistindo em conceitos, classificações, correlações, generalizações, princípios, leis, regras, teoremas, axiomas etc”.

O estudo delimita-se aos países Brasil e Chile, devido à similaridade e valores compartilhados no âmbito econômico e social e a dinâmica que caracteriza o intercâmbio comercial entre ambos os países. A análise aplica-se ao período de 2009 a 2018 em razão a disponibilidade de dados no Ministério do Comercio Exterior e Serviços (MDIC), além disso, o momento corresponde ao período pós crise financeira global de 2008, que desencadeou impactos negativos a todo o sistema financeiro internacional. No Brasil uma das principais perdas recaiu sobre o comércio exterior, provocando diminuição da demanda externa, queda nos preços das commodities e desvalorização do câmbio. Além disso, as transformações provocadas nessa área impulsionaram a redução das exportações destinadas aos países desenvolvidos, e o aumento das exportações para mercados em desenvolvimento (CASTILHO, 2011).

A natureza da pesquisa é de caráter exploratório por apresentar informações e dados de um campo amostral ainda pouco explorado para a temática – balança comercial do Brasil e Chile no período de 2009 a 2018. Para Gil (2008, p.44) “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Assim como também, é descritiva, pois se fará uma análise minuciosa no objeto de estudo,

conforme Trivinos (1987) esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Quanto ao método de abordagem, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa de cunho quantitativo, esta tem origem no pensamento positivista lógico, se centra na objetividade e enfatiza o raciocínio dedutivo, e os atributos mensuráveis da experiência humana (Fonseca 2002, p. 20). Dessa forma, a pesquisa quantitativa é a que melhor se adequa em relação ao contexto dos dados acerca do desempenho da balança comercial do Brasil e Chile.

O procedimento técnico adotado é à pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, em que inicialmente é realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema da pesquisa e em seguida uma coleta e análise de dados. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo, e propicia o exame de um tema sob o novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” em conformidade Trujillo (1974, p. 230) afirma que o objetivo da pesquisa bibliográfica é “permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Em conformidade, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: relatórios, documentos oficiais, jornais, revistas tabelas de natureza estatística etc. (FONSECA, 2002, p. 32). De acordo com a forma em que as informações acerca da balança comercial entre Brasil e Chile foram divulgadas, a pesquisa documental complementa as lacunas deixadas pela pesquisa bibliográfica e amplia a pauta de informações, apresentando pontos importantes a respeito da natureza do tema estudado.

Os dados utilizados no presente estudo são de natureza secundária, ou seja, abrange dados de cunho técnico já analisado e publicados, que permite o conhecimento prévio acerca do problema estudado. O **Quadro 01** descreve os dados coletados nesta pesquisa.

Quadro 01: Descrição das variáveis coletadas sobre a balança comercial entre Brasil e Chile

Variável	Descrição	Fonte de Coleta
Quilograma Líquido	O quilograma líquido, neste estudo, corresponde a quantidade exportada e/ou importada em termos de quilograma disposta pelo MDIC.	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).
Preço médio dos produtos	O Preço médio dos produtos exportados e/ou importados em kg foi calculado da seguinte forma: $P_i = \frac{R_i}{Q_i}$ Q _i , onde P _i corresponde ao preço das exportações e/ou importações do ano i; R _i receita de exportação e/ou importações do ano i; e Q _i quantidade exportada no ano i. Assim o preço calculado corresponde ao preço em dólares correntes (US\$).	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).
Valor FOB (US\$)	Corresponde a receita das exportações e/ou importações totais em dólares sob o Incoterm FOB (Free on Board).	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).
Índice de Relações de Troca	O Índice de Relação de Troca foi calculado pela CEPAL conforme a forma: $RT = \frac{P_{Xi}}{P_{Mi}}$, onde RT corresponde ao índice de relação de troca, P _{Xi} preço de exportação no mês i; e P _{Mi} preço de importação no mês i. Dessa forma, esse índice encontra-se convertido em número-índice de base 100, onde a média de 2012.1=100.	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Fonte: Elaboração própria.

A frequência das informações coletadas é mensal, sendo estas pertinentes ao período compreendido pelos anos/meses 2009. 01 a 2018.12 (sendo. 01 corresponde ao mês de janeiro e .12 referente ao mês de dezembro). As variáveis que correspondem às estatísticas da balança comercial entre Brasil e Chile, listadas no **Quadro 01**, foram coletadas mediante à ferramenta *Comex Stat* (Estatísticas do Comércio Exterior) existente na plataforma do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). No que diz respeito ao índice de relação de troca utilizou-se a base de dados da CEPAL.

3.1 Índice de Relação de Troca

Inicialmente o conceito econômico de relação de troca foi usado por volta do século XX para comparar o desempenho dos preços entre os produtos primários produzidos por países em desenvolvimento e os produtos manufaturados produzidos por países desenvolvidos. Em 1950, os economistas Raúl Prebisch e Hans Singer, de forma independente, publicaram seus trabalhos sobre o conceito de termos de troca (*terms of trade*) (PREBISH, 1950; SINGER, 1950), em que presumem que os termos de troca entre produtos primários (matérias-primas) e produtos manufaturados estão sujeitos à tendência decrescente no longo prazo.

Essa teoria de Prebisch-Singer discutia a possibilidade de que uma expansão do comércio internacional seria condição necessária e suficiente para promover o desenvolvimento econômico da periferia, entretanto, os autores não negavam a existência de ganhos de comércio.

Segundo Brandão e Schuh (1979), em 1999 Singer além de considerar a relação de preços de commodities e manufaturados como proxy para os termos de troca entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, o autor sustentava a ideia de que a deterioração dos termos de troca também poderia ser observada para todos os produtos padronizados que não fossem alvo de recentes inovações, como os bens com mais alta tecnologia.

Singer acreditava que além de industrializar, era necessário se apropriar da renda extraordinária gerada pelos frutos do desenvolvimento tecnológico. Esses argumentos de Singer são de grande relevância para o debate contemporâneo, principalmente no que diz respeito à evolução do perfil de especialização comercial das economias.

Portanto, visto que o Brasil é um país agroexportador e se destaca nas exportações de commodities e importações de produtos manufaturados, o índice de relação de troca nesse estudo compõe-se pela relação entre os preços das exportações e importações entre Brasil e Chile, visto a relação bilateral entre os dois países. Para melhor análise dos dados coletados, o presente estudo utiliza o filtro automático de decomposição de séries temporais, Arimax-12, sendo assim, os dados estão ajustados de forma sazonal e separados por sua tendência.

Série temporal é um conjunto de observações realizadas sobre uma variável em um período de tempo (XAVIER, 2016). Em conformidade, o filtro Arimax-12 é uma metodologia de Box e Tião (1975), considerado como um modelo multivariado composto por parâmetros autoregressivos e de médias móveis, além de um componente linear em função das variáveis exógenas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Intercâmbio comercial entre Brasil e Chile

Durante o século XIX os países mantiveram um relacionamento amigável e recíproco, essa relação estratégica caracterizava para o Chile uma forma de se proteger contra o isolamento regional, visto as pendências de limite com os países vizinhos, enquanto para o Brasil a aliança com o Chile equilibrava as relações com a Argentina no Cone Sul.

Veiga e Correia (1992) corrobora que em 1983 Brasil e Chile estabeleceram relações diplomáticas, além disso, a assinatura do AAP3 buscou intensificar o intercâmbio comercial Brasil-Chile e dinamizar o comércio exterior chileno. Nesse período a pauta de exportação chilena para o Brasil era concentrada principalmente em minérios (cobre, prata e molibdênio) produtos metalúrgicos de cobre e frutas, assim o AAP3 buscou viabilizar a pauta de exportação chilena de produtos no qual o país desfrutava de vantagens comparativas, facilitando o acesso ao mercado brasileiro.

Desde o início do século XXI, Brasil e Chile têm aprofundado suas articulações no âmbito político, sendo cada vez mais frequente o bom entendimento e adoção de posições comuns, do mesmo modo, os países têm intensificado a integração nas relações bilaterais. A **Tabela 02** demonstra os principais destinos das exportações brasileiras em 2016 e 2017.

Tabela 02: Principais destinos das exportações brasileiras nos anos de 2016 e 2017 (US\$ bilhões)

RK	País	2017		2016		Var. (%) 2016\2017
		Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	
1	China	47,5	21,8	35,1	19,0	35,2
2	EUA	26,9	12,3	23,2	12,5	16,1
3	Argentina	17,6	8,1	13,4	7,2	31,3
4	Países Baixos	9,3	4,2	10,3	5,6	-10,4
5	Japão	5,3	2,4	4,6	2,5	14,3
6	Chile	5,0	2,3	4,1	2,2	23,3
7	Alemanha	4,9	2,3	4,9	2,6	1,0
8	Índia	4,7	2,1	3,2	1,7	47,3
9	México	4,5	2,1	3,8	2,1	18,4
10	Espanha	3,8	1,8	2,6	1,4	46,4
	Total selecionado	129,4	59,4	105,2	56,8	23,1
	Demais	88,3	40,6	80,1	43,2	10,3
	Total Geral	217,7	100,0	185,2	100,0	17,5

Fonte: Firjan (2018).

Conforme **Tabela 02**, a China, para o período listado, foi o principal parceiro comercial no que tange as exportações, correspondendo uma variação na participação de

aproximadamente 35,2% acerca do total de destino selecionado. Os EUA foi o segundo destino das vendas brasileiras, absorvendo aproximadamente 12,3% em 2017, seguido da Argentina com aproximadamente 8,1%.

Nesse aspecto, o Chile encontra-se no ranking dos 10 principais destinos das exportações brasileiras, classificado em 6º lugar. Houve um aumento de 0,1% na participação do país de 2016 para 2017, o valor exportado aumentou de aproximadamente US\$ 4,1 bilhões para US\$ 5 bilhões exportado, correspondendo uma variação total de 23,3% entre 2016 e 2017. Em conformidade, a **Tabela 03** apresenta as principais origens das importações brasileiras entre 2016 e 2017.

Tabela 03: Principais origens das importações brasileiras nos anos de 2016 e 2017

(US\$ bilhões)						
RK	País	2017		2016		Var. (%) 2016\2017
		Valor	Part.(%)	Valor	Part.(%)	
1	China	27,3	18,1	23,4	17,0	17,0
2	EUA	24,8	16,5	23,8	17,3	4,4
3	Argentina	9,4	6,3	9,1	6,6	3,9
4	Alemanha	9,2	6,1	9,1	6,6	1,0
5	Coreia do Sul	5,2	3,5	5,5	4,0	-3,9
6	México	4,2	2,8	3,5	2,6	20,1
7	Itália	4,0	2,6	3,7	2,7	6,9
8	Japão	3,8	2,5	3,6	2,6	5,5
9	França	3,7	2,5	3,7	2,7	0,8
10	Chile	3,5	2,3	2,9	2,1	19,3
Total selecionado		95,2	63,2	88,2	64,1	7,9
Demais		55,5	36,8	49,4	35,9	12,5
Total Geral		150,7	100,0	137,6	100,0	9,6

Fonte: Firjan (2018)

Conforme **Tabela 03**, a China foi o principal fornecedor de bens ao Brasil no período analisado, com 18,1% do total em 2017. Seguiram-se EUA com aproximadamente 16,5% e Argentina com 6,3% em 2017. No que tange ao Chile, o país está classificado como 10º principal fornecedor do Brasil, apresentando um crescimento de aproximadamente 0,2% na participação das importações em relação a 2016, nesse mesmo período o volume importado do Chile atingiu US\$ 3,5 bilhões, acréscimo de aproximadamente 19%.

Do ponto de vista do comércio bilateral entre Brasil e Chile, a **Tabela 04** demonstra o desempenho da balança comercial Brasil – Chile no período de 2008 a 2017.

Tabela 04: Balança Comercial Brasil-Chile (2008 A 2017) em US\$ bilhões

Ano	Exportação		Importação		Correntes de Comércio		Saldo	
	Valor (A)	Var. (%)*	Valor (B)	Var. (%)*	(A)+(B)	Var. (%)*	(A)-(B)	Var. (%)*
2008	4,8	12,4	4,0	14,3	8,7	-40,7	0,8	4,2
2009	2,7	-44,6	2,7	-32,3	5,3	-39,0	0,0	-102,7
2010	4,3	60,4	4,2	56,6	8,4	58,5	0,1	-392,8
2011	5,4	27,3	4,5	8,5	10,0	18,0	0,9	1204,3
2012	4,6	-15,1	4,2	-8,4	8,8	-12,0	0,4	-50,0
2013	4,5	-2,6	4,3	3,7	8,8	0,4	0,2	-62,7
2014	5,0	11,2	4,0	-7,1	9,0	2,2	1,0	497,5
2015	4,0	-20,2	3,4	-15,5	7,4	-18,1	0,6	-39,6
2016	4,1	2,6	2,9	-14,6	7,0	-5,3	1,2	102,1
2017	5,0	23,3	3,5	19,3	8,5	21,6	1,6	33,2

Fonte: Firjan (2018).

Conforme **Tabela 04**, observa-se uma nítida evolução na balança comercial Brasil-Chile no período analisado. O valor total das exportações aumentou aproximadamente 4,16% na comparação entre 2017 (US\$ 5 bilhões) e 2008 (4,8 bilhões). Em termos comparativos anuais, observou-se que as maiores variações ocorreram em 2010/2009 e 2011/2009 com respectivamente 60,4% e 27,3%. Entretanto, verificou-se contrações no volume exportado em outros períodos, tomando como base os anos demonstrados na análise, sendo a maior redução ocorrida 2009/2008 (- 44,6%).

As importações, por sua vez, também apresentaram comportamento de contrações no decorrer do período analisado, sendo a maior redução ocorrida em 2009/2008 (-32,3%), além disso a maior variação ocorreu nos anos de 2010/2009 (56,6%).

Percebe-se, mediante apresentação da **Tabela 04**, que em 2017 a corrente de comércio entre Brasil e Chile foi de US\$ 8,5 bilhões, sendo US\$ 5 bilhões em exportação e US\$ 3 bilhões em importações. A maior variação registrada ocorreu em 2010/2008 (58,5%), assim como o maior decréscimo ocorreu em 2009/2008 (-40,7%).

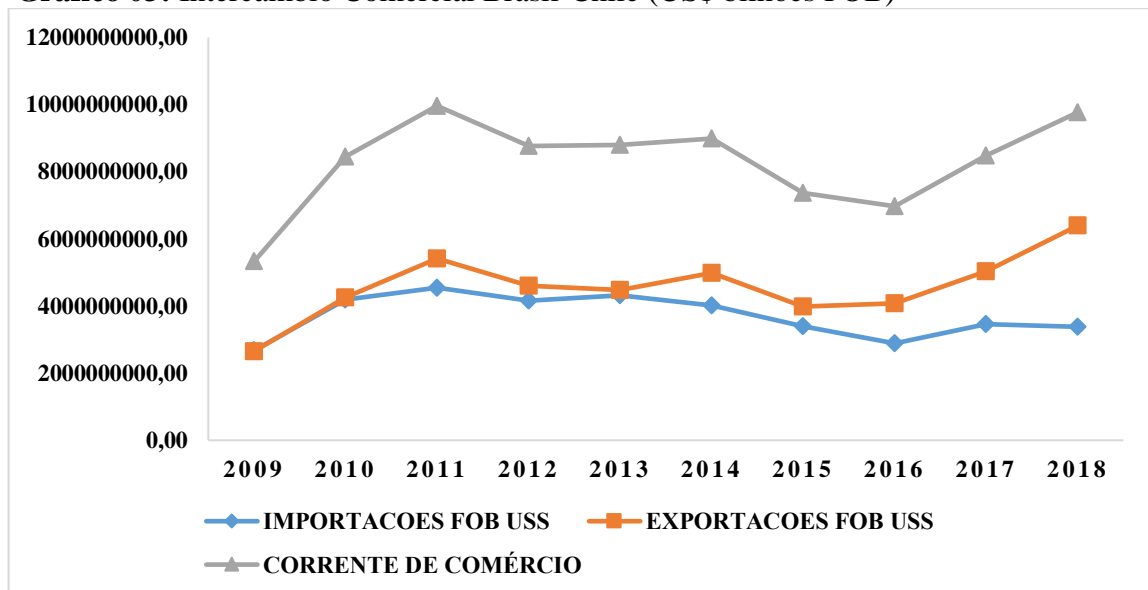
Destaca-se que em 2015 a corrente de comércio sofreu decréscimo de 18,1% em relação ao ano anterior, nesse mesmo período as exportações diminuíram 20,2% enquanto as importações retraíram em 15,5%. Em 2016 a corrente de comércio continuou perdendo dinamismo, registrando redução de 5,3% em relação a igual período de 2015, este decréscimo está associado a queda das importações brasileiras, visto a evolução positiva (2,6%) registrada pelas exportações brasileiras no período.

Nesse contexto, observa-se que o saldo da balança comercial Brasil-Chile é tradicionalmente favorável para ao lado brasileiro, a maior variação registrada entre os países ocorreu em 2011/2010 e 2014/2010 com respectivamente 1204,3% e 497,5%. O ano de 2010

mostrou a maior retração no saldo (-392,8%), todavia, no acumulado dos últimos 5 anos, o saldo da balança comercial mostrou um superávit brasileiro de US\$ 3,2 bilhões. Em 2016 a corrente de comércio somou US\$ 7 bilhões e mostrou uma queda de 5,3% em relação ao ano anterior, disto isso, observa-se que o superávit brasileiro mostra tendência de crescimento e alcançou o nível de US\$ 1,2 bilhão. De acordo com MRE (2016), o crescimento do superávit ocorreu em razão do aumento das exportações brasileiras e pela redução da demanda por produtos originários do Chile.

Em conformidade, o **Gráfico 03** apresenta o intercâmbio comercial Brasil-Chile no período de 2009 a 2018.

Gráfico 03: Intercâmbio Comercial Brasil-Chile (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC 2019.

Conforme **Gráfico 03**, percebem-se os efeitos da evolução da participação das exportações e importações em termos da evolução da corrente de comércio entre Brasil e Chile. A maior retração do intercâmbio comercial Brasil-Chile foi registrada entre 2008/2009, com base no período analisado, pode-se associar esta queda aos impactos da crise financeira global de 2008/09 sobre as exportações brasileiras, bem como sobre as importações, além disso, nesse período houve queda de alguns preços das commodities, as quedas mais expressivas mostraram-se nos preços de petróleo e cobre, principais produtos pertencentes ao comércio bilateral do Brasil com o Chile, como corrobora MDIC (2019).

Percebe-se, mediante apresentação da **Gráfico 03**, que a corrente comercial bilateral no período de 2013 a 2016 apresentou queda de 20,1% no total transacionado entre Brasil e Chile, de acordo com Lamazière (2017) pode-se considerar esse resultado positivo ao

comparar com à retração de 32,2% no total do comércio exterior chileno. O superávit comercial brasileiro passou de US\$ 419 milhões em 2013 a US\$ 1,495 bilhão em 2016, aumento de 256% no período.

Conforme verifica MDIC (2019), o petróleo tem sido o principal produto enviado pelo Brasil, com participação de 32,1% no total das nossas exportações em 2016, ao longo desse período o Brasil se tornou o principal fornecedor do insumo para o Chile, fornecendo 67% de todo o petróleo importado pelo país em 2016. É importante ressaltar que o Brasil finalizou o ano de 2016 sendo o terceiro principal parceiro comercial do Chile, ultrapassando o Japão no ano de 2015. Assim, o Brasil é o terceiro maior fornecedor e o quinto principal comprador.

Em conformidade, o Chile terminou o ano de 2016 como o décimo principal parceiro comercial brasileiro, sendo o terceiro na América Latina. Logo, é o sétimo principal comprador de produtos brasileiros e o segundo na América Latina, atrás apenas da Argentina. Portanto, o maior dinamismo comercial entre os dois países em 2016, pode-se associar, em parte, ao aumento da cotação do petróleo e do cobre, os principais produtos de intercâmbio. Em consonância com o cenário, é importante enfatizar o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) firmados em 2015, que desde início de sua vigência passou a impulsionar ainda mais as relações econômico-comerciais bilaterais entre os países.

Ainda conforme **Gráfico 03**, observa-se um aumento expressivo do comércio bilateral Brasil-Chile em 2017 com relação ao ano anterior. No ano de 2017 o intercâmbio comercial bilateral movimentou cerca de US\$ 8,5 bilhões, um aumento de aproximadamente 21,8% da corrente de comércio em relação a 2016, assim como houve um crescimento de aproximadamente 23,3% nas exportações brasileiras para o Chile e de 19,2% nas importações brasileiras originárias do Chile. Em termos comparativos, o crescimento do intercâmbio comercial prossegue em 2018, desta forma, a corrente de comércio registrou aumento de 13,2% em relação a 2017.

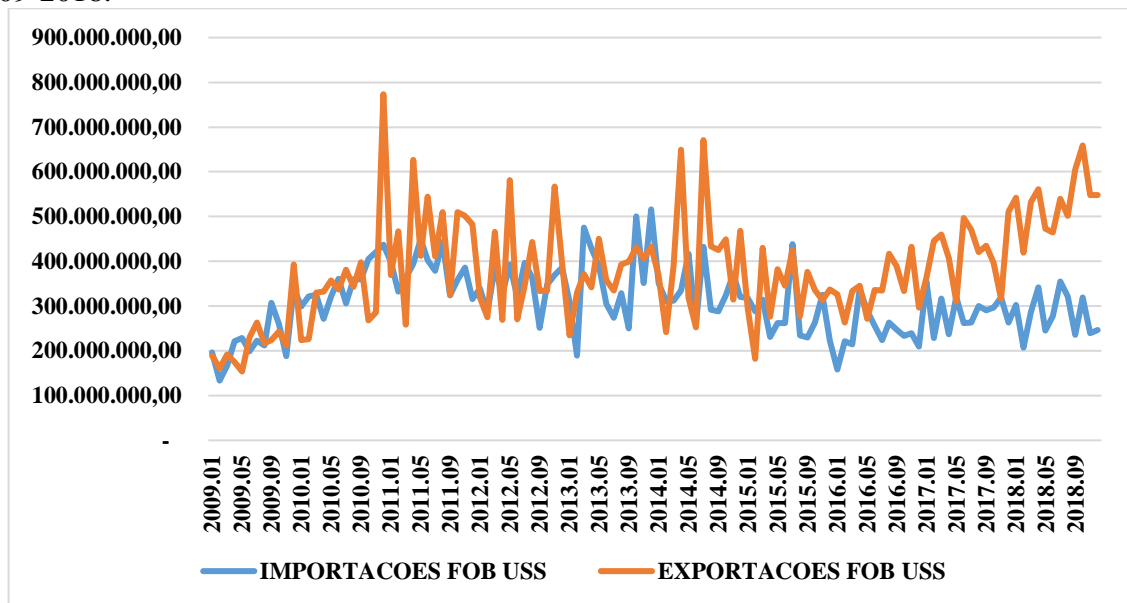
O Acordo de Livre Comércio firmado em 2018 entre Brasil e Chile expande o Acordo de Complementação Econômica Nº 35, firmado em 1996, conforme ratifica MDIC (2018). A criação do Comitê Regulatório Brasil-Chile em 2018 incrementa o ACE-35 de 1996, que promoveu a eliminação das tarifas de importação do intercâmbio bilateral de bens, além disso, o novo acordo busca potencializar as trocas bilaterais de comércio entre Brasil e Chile.

Portanto, em referência ao aumento expressivo do comércio bilateral em 2017, com a vigência do novo Acordo de Livre Comércio firmado em 2018 estima-se o aumento do intercâmbio comercial entre Brasil e Chile nos próximos anos.

4.2 Índice de relação de troca Brasil-Chile

O índice de relação de troca, neste caso, é definido pela relação entre os preços das exportações e importações entre Brasil e Chile, no período de 2009 a 2018 (CEPAL,2019). O **Gráfico 04**, demonstra o desempenho das importações e exportações entre 2009 a 2018.

Gráfico 04: Importações e Exportações FOB em US\$ entre Brasil e Chile no período de 2009-2018.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC 2019.

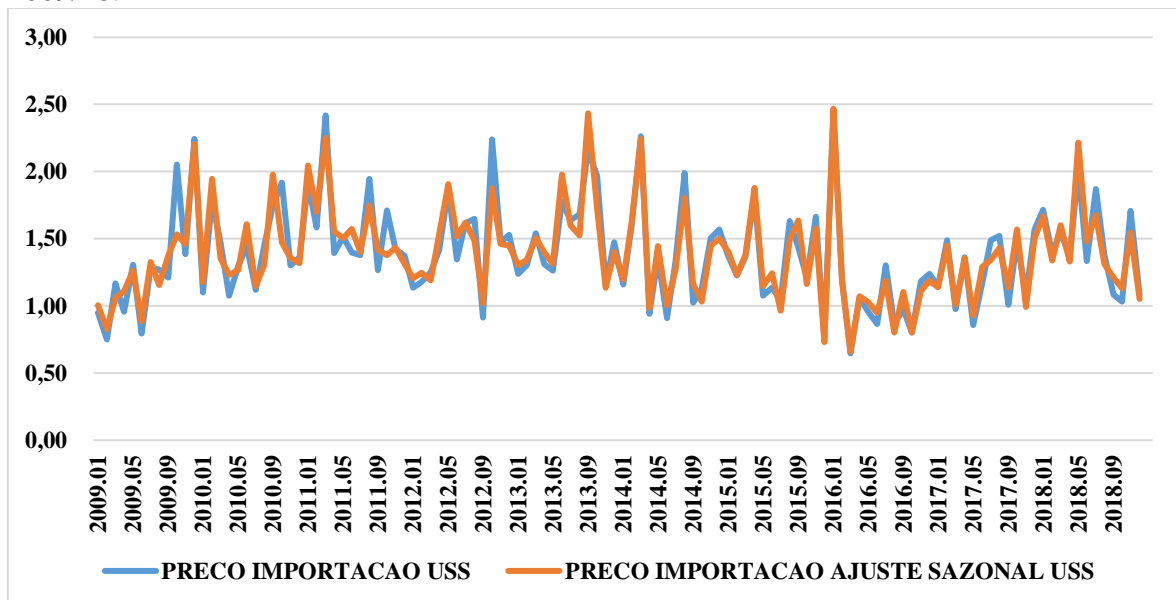
Conforme **Gráfico 04** observa-se o desempenho das importações e exportações entre Brasil e Chile no período analisado. A crise financeira global de 2008/09 provocou uma leve recessão a economia brasileira, em razão, a partir do quarto trimestre de 2008 houve uma queda expressiva das exportações e importações, entretanto, já no segundo trimestre de 2009 iniciou a recuperação do comércio exterior brasileiro. Por consequência, pode-se associar, em parte, o baixo volume de exportação e importação entre Brasil e Chile no início do ano de 2009 aos efeitos negativos da crise financeira global de 2008/09, assim como é possível observar a recuperação dos níveis antes da crise já em 2010 e o leve crescimento a partir de 2011.

Ainda conforme o **Gráfico 04**, em 2015 percebe-se uma queda nas exportações brasileiras para o Chile, assim como, nas importações originárias do Chile, em relação ao ano anterior. Esse decréscimo é resultado da diminuição de aproximadamente 47,1% nas vendas de petróleo refinado, automóveis de passageiros e óleo bruto de petróleo e da queda expressiva da cotação internacional do cobre.

É importante enfatizar a evolução no volume exportado e importado entre os dois países nos anos de 2016 a 2018, demonstrando uma leve recuperação em relação ao ano de 2015. Pode-se verificar nesse período o crescimento da economia chilena, impulsionado pelo maior dinamismo de mineração, serviços e comércio. Nesse período, a economia brasileira alcançou o patamar positivo na corrente de comércio, apresentando uma retomada real da economia, em especial do comércio exterior brasileiro. Portanto, a parceria dos dois países, tendo como base o período analisado, é marcada, em parte, pelo dinamismo da corrente de comércio, bem como, é pertinente salientar que o Chile com suas vantagens comparativas no plano econômico, vem potencializando os resultados com os grandes mercados, especialmente com o Brasil.

O **Gráfico 05** demonstra o comportamento do preço importado assim como se considera o preço importado com a sazonalidade nos anos de 2009 a 2018.

Gráfico 05: Desenvolvimento do preço das importações entre Brasil e Chile no período de 2009/18.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC 2019.

O preço das importações, neste caso, é definido como o quociente da receita das importações e o quilograma líquido importado. O preço das importações com ajuste sazonal é uma forma de equilibrar os resultados em função da variação de estação, neste caso, permite a avaliação sem a influência da sazonalidade, bem como, viabiliza a análise mais precisa dos fluxos de comércio (MDIC, 2019).

Conforme **Gráfico 05** observa-se uma nítida variação no preço das importações entre Brasil e Chile no período analisado. O preço das importações apresentou uma leve

recuperação a partir de outubro de 2009, em março de 2011 atingiu o maior pico (US\$ 2,42), com base no período analisado. Após esse crescimento, o preço das importações não apresentou tendência definida, demonstrando instabilidade no preço durante todo o período analisado, a maior queda é registrada em março de 2016 (US\$ 0,65).

A variação do preço das importações ente Brasil e Chile no período de 2009 a 2018 pode ter sido influenciada pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações da moeda nacional, representando o custo de uma moeda em relação à outra (IPEA, 2020).

Pode-se considerar a taxa de câmbio uma das variáveis de maior influência na relação dos países no comércio internacional, visto que a instabilidade cambial é capaz de promover mudanças nos preços dos bens domésticos em relação aos estrangeiros (FREITAS; SILVA; MATTOS, 2016).

Levando em consideração os efeitos da taxa de câmbio no preço das importações, após a crise financeira global de 2008/09 houve um declínio na taxa de câmbio, deste modo, é possível associar em parte, ao crescimento no preço das importações entre Brasil e Chile registrado em 2011 (US\$ 2,42), período em que a taxa de câmbio era equivalente a US\$ 1,67. Entretanto, em razão das incertezas provocadas pela implantação política econômica durante o segundo governo de Dilma Rousseff, os anos de 2015 e 2016 registraram uma profunda recessão, que explica a elevada taxa de câmbio nesse período, US\$ 3,33 e US\$ 3,49 respectivamente, assim, a alta na taxa de câmbio em 2016 pode ter refletido no declínio do preço das importações em março desse ano (US\$ 0,65).

Considerando que Brasil e Chile são países membros do Mercosul e possuem relação comercial bilateral, o aumento da volatilidade da taxa de câmbio exerce efeito negativo sobre o fluxo bilateral de importação entre os países. Coté (1994) avalia que o efeito da instabilidade cambial sobre o fluxo de comércio ocorre devido à incerteza e aos custos de ajustamento e, de forma indireta, ao efeito na alocação de recursos e políticas governamentais.

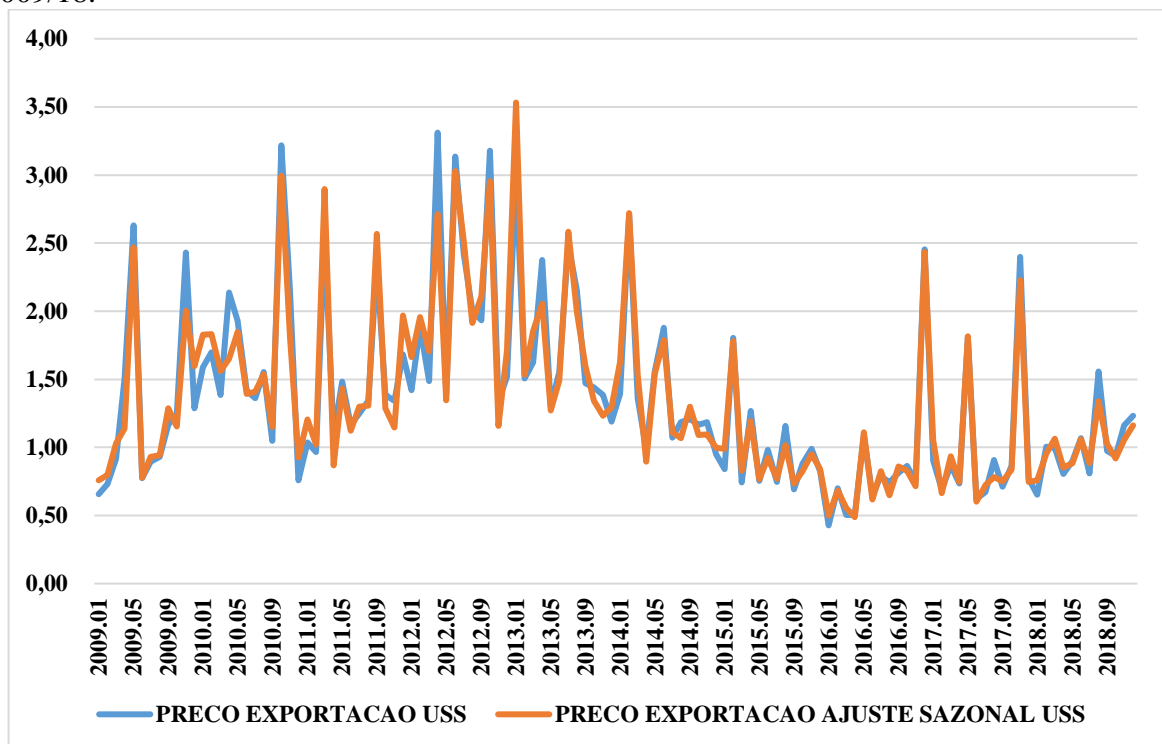
Ainda conforme o **Gráfico 05**, a sazonalidade se deve aos fatores de mercado referente ao movimento de aquecimento e desaquecimento do fluxo comercial entre os países, bem como, a variação do mercado de commodities. Considera-se o cobre o principal produto exportado pelo Chile e importado pelo Brasil, com base na relação bilateral entre ambos, o preço do cobre responde sobretudo a sua demanda, sendo sua oferta bastante elástica, além disso, uma maior variação na taxa de câmbio provoca maior variabilidade das commodities (SALES, 2009).

Em suma, a variabilidade da demanda e da oferta no fluxo de comércio do cobre, pode advir de fatores exógenos, como fatores climáticos, catástrofes naturais, choques macroeconômicos, decisões do governo, entre outros.

Percebe-se, mediante apresentação do **Gráfico 05**, que o preço das importações com ajuste sazonal também apresenta variação no período analisado. A maior alta no preço das importações com ajuste sazonal ocorreu em março de 2016 (US\$ 2,47). Também é possível verificar um aumento no preço em novembro de 2013 e março de 2011, apresentando respectivamente (US\$ 2,43) e (US\$ 2,25).

O **Gráfico 06** demonstra o comportamento do preço das exportações entre Brasil e Chile e relaciona com o ajuste sazonal nos anos de 2009 a 2018.

Gráfico 06: Desenvolvimento do preço das exportações entre Brasil e Chile no período de 2009/18.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC 2019.

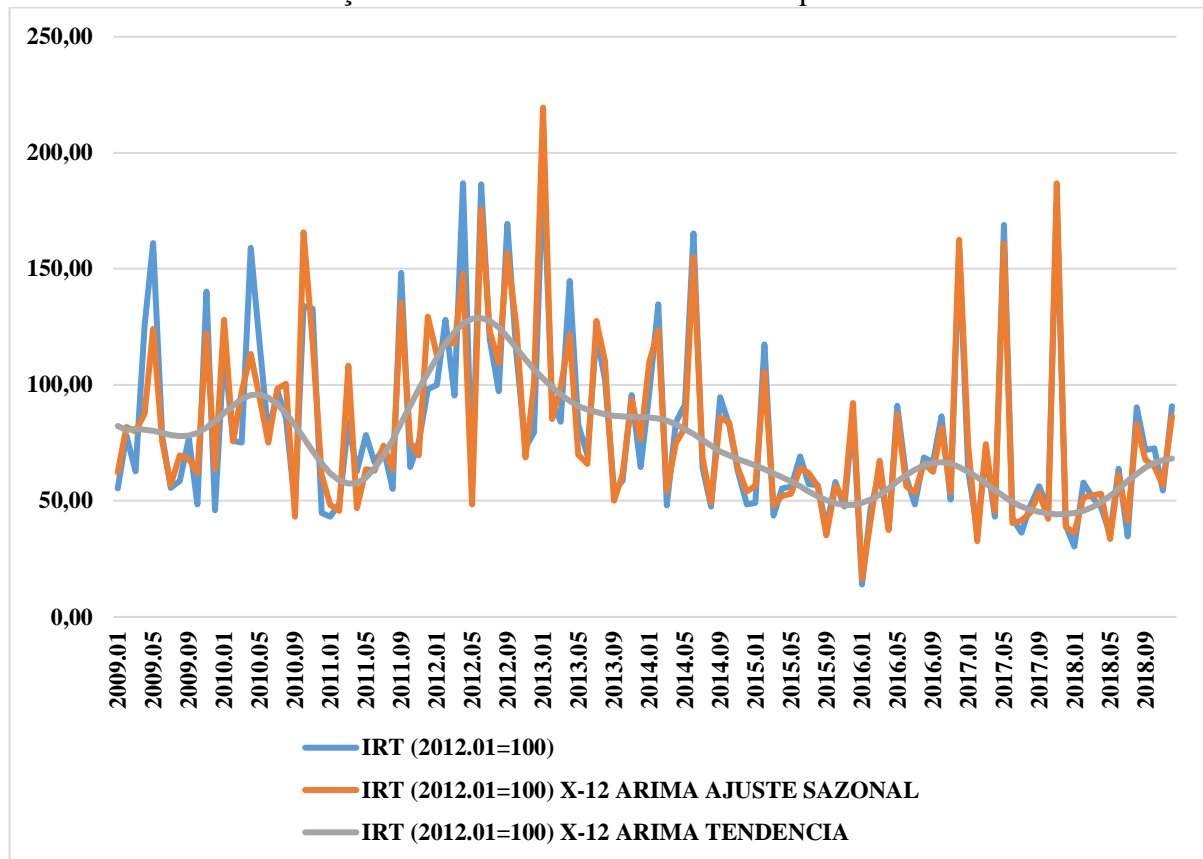
O preço das exportações, neste caso, é definido como o quociente da receita das exportações e o quilograma líquido exportado. A sazonalidade se deve aos fatores de mercado e aos fatores exógenos que provocam variabilidade na oferta e demanda das commodities, como fatores climáticos, catástrofes naturais, choques macroeconômicos, decisões do governo, entre outros, considerando o fato do Brasil ser uma economia exportadora de commodities. Destaca-se óleos brutos de petróleo, a principal commodities exportada do Brasil para o Chile, com base na relação bilateral entre os países.

Conforme **Gráfico 06**, o preço das exportações apresentou melhorias no ano de 2012, atingindo o maior crescimento no mês de abril do referido ano (US\$ 3,31), com base no período analisado. Considerando a taxa de câmbio uma variável de forte influência nas relações bilaterais no comércio internacional, verifica-se um leve crescimento na taxa de câmbio no ano de 2012 (US\$ 1,96), com base no período analisado, que pode influenciar na alta dos preços das exportações.

De acordo com Giovannini (1988), devido às incertezas do mercado, os agentes econômicos exigem um maior preço para suavizar os efeitos da volatilidade cambial, que pode provocar um aumento no valor exportado, isto é, um maior preço implica em um menor volume das trocas comerciais. Este fato corrobora com as informações apresentadas no **Gráfico 01**, em que o volume exportado apresenta decréscimo no ano de 2012. O ajuste sazonal dos preços contribui para a minimização de fatores exógenos relativos ao comportamento dos preços exportados.

Ainda conforme **Gráfico 06**, em termos comparativos, observou-se uma nítida variação no preço de exportação com ajuste sazonal, atingindo o maior pico em janeiro de 2013 (US\$ 3,53). Entretanto, percebe-se comportamentos de contrações no preço exportado com ajuste sazonais em diversos anos, tomando como base os anos listados à análise, sendo a maior redução ocorrida no período de 2016/2015.

O **Gráfico 07** demonstra o índice de relação de troca entre Brasil-Chile, com base na relação bilateral entre ambos.

Gráfico 07: Índice de relação de troca entre Brasil e Chile no período de 2009/18

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDIC 2019.

O índice de relação de troca, neste caso, apresenta a razão entre o preço médio das exportações e o preço médio das importações. O índice encontra-se convertido em número-índice de base 100, onde a média de 2012.1=100, além disso, para análise utilizou-se o filtro de decomposição de séries temporais, Arimax-12.

Conforme **Gráfico 07**, observa-se que o índice de relação de troca apresentou um crescimento significativo no período. Em 2018, o índice dos termos de troca entre Brasil e Chile aumentou em aproximadamente 39% em relação ao ano de 2008. A evolução nos termos de troca entre os países corrobora com o crescimento das exportações e importações no período analisado, contudo, percebe-se com base na relação bilateral entre Brasil e Chile, que o crescimento das exportações se expressou de forma mais significativa em relação as importações.

Com base no **Gráfico 07**, verifica-se que os dados do IRT ajustado ao X-12 ARIMA separados da sua tendência, apresentam crescimento substancial no ano de 2012 e atingiu maior pico nos meses de maio e junho do ano corrente, com base no período analisado, aproximadamente 128 no índice. Cabe enfatizar que, em termos comparativo, o ano de 2012

também registou crescimento satisfatório no preço das exportações, enquanto o preço das importações refletia em um nível mais baixo, conforme corrobora **Gráfico 05 e 06**.

Segundo Alves (2014), um aumento nos termos de troca de um país contribui positivamente para o crescimento econômico deste país, em contrapartida, a volatilidade dos termos de troca influencia de forma negativa o crescimento do país, assim, o IRT está diretamente relacionado ao crescimento econômico.

Koshiyama (2008) argumenta que existem relatos que o crescimento econômico do Brasil é liderado pelas exportações, assim, o bom desempenho do setor externo tem relação direta com crescimento econômico do Brasil.

Portanto, com base nas informações apresentadas, constata-se que o termo de troca entre Brasil e Chile é significativo e pode influenciar no crescimento econômico brasileiro. Assim, pode-se destacar que a relação bilateral entre Brasil e Chile tem sido benéfica e de importância mútua para o fortalecimento e integração de suas economias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio exterior é um instrumento essencial e cria um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico e social dos países, viabiliza a diversificação do consumo, proporciona o crescimento da geração de emprego e renda e de forma estratégica permite o ganho de vantagens competitivas.

O processo de abertura comercial promove maior interdependência econômica, política e social. Brasil e Chile tiveram seus processos de abertura comercial afetados por crises internacionais, assim é possível destacar a influência que a economia internacional exerce sobre os países.

O sucesso da abertura comercial e a liberdade econômica foi um instrumento de extrema importância para o desempenho da balança comercial de ambos os países. Em suma, o sistema multilateral de comércio beneficia o aumento de oportunidades e desempenha um importante papel na promoção do desenvolvimento econômico.

O objetivo deste trabalho foi verificar o desempenho da balança comercial entre Brasil e Chile, com base na relação bilateral entre ambos. Para atingir o objetivo proposto neste estudo, utilizou-se um levantamento das variáveis correspondentes mediante à ferramenta Comex Stat (Estatísticas do Comércio Exterior), assim como, utilizou-se o índice de relação de troca para verificar a relação de troca entre Brasil e Chile no período de 2009 a 2018. Através dos termos de troca é possível verificar a relação entre o comércio internacional e o crescimento econômico de um país com o mundo e/ou com seus principais parceiros comerciais.

A relação entre Brasil e Chile é historicamente caracterizada pelo bom entendimento, pela diversidade de temas e dimensão cooperativa que compõe a relação bilateral. O comércio entre esses países é liberalizado ao amparo do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile (ACE-35). Deste modo, a adesão do Chile ao MERCOSUL viabilizou a intensificação da relação entre os dois países nos últimos anos. O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul. No âmbito sul-americano, o Chile é parceiro fundamental do Brasil.

Com base nisso, foi possível verificar que o comércio entre o Brasil e Chile é concentrado principalmente na exportação de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus para o Chile e, em importações brasileiras, de cobre oriundas do Chile. As exportações e importações tiveram crescimento em seus índices, demonstrando que as

relações comerciais bilaterais entre os países foram crescentes e evidencia uma maior movimentação comercial e econômica entre ambos os países, com base no período analisado.

Em suma, o intercâmbio comercial entre Brasil e Chile apresentou um bom desempenho, assim como o índice de relação de troca se mostrou favorável, com base no período analisado. A relação bilateral Brasil-Chile tornou-se estratégica, para os dois países, e com a vigência do novo Acordo de Livre Comércio firmado em 2018, objetiva-se promover o comércio recíproco mediante o fortalecimento e diversificação das relações econômicas entre ambos os países, assim como também assegurar as bases que possibilitem o incremento do intercâmbio comercial.

Todavia, vale ressaltar a dificuldade que este trabalho encontrou no que tange à literatura disponível para discutir o tema abordado, bem como no que diz respeito a série de dados, visto que estes encontram-se disponíveis de forma aleatória, implicando na análise sistemática do período proposto. Disto isso, futuras pesquisas sobre o tema certamente serão de grande contribuição para a comunidade acadêmica e científica. Cabe ressaltar que, ao nível dos dados analisados e do referencial descrito, este trabalho não buscou analisar relações de causa e efeito no que tange às relações das variáveis.

Neste estudo, o desempenho da balança comercial entre Brasil e Chile foi abordado do ponto de vista mais abrangente, tomando como base a relação bilateral entre os dois países. Como nenhuma proposta de investigação científica encontra-se devidamente completa, abre-se aqui a possibilidade de se aprofundar o estudo, para que, desta forma, sejam analisadas minuciosamente as variáveis abordadas e demais fatores que possam influenciar no intercâmbio comercial entre Brasil e Chile.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. 3. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; NAVEGA, Antonio Poli. **Bases conceituais de uma política externa nacional: uma contribuição para a definição de uma agenda diplomática condizente com o princípio do interesse nacional**. XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, 2008.

ALVES, Jeruza Haber. **Termos de troca e crescimento econômico: a relação entre diferentes parceiros comerciais e grupos de produtos no Brasil**. Viçosa Minas Gerais – Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3285/1/texto%20completo.pdf>> Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

ARBACHE, Jorge Saba. **Comércio internacional, competitividade E mercado de trabalho: algumas evidências para o Brasil**. Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Cap.5, 2003.

BALASSA, B. **Trade liberalization and ‘revealed’ comparative advantage**. The Manchester School of Economic and Social Studies , Oxford, v. 33, n. 2, p. 99-123, 1965. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S19805098201800040180700006&lng=em>

BARROS; Mariana de Oliveira; FRANÇA, Kelly Ribeiro. O fator intercultural e as negociações internacionais: desafios e particularidades da cultura brasileira. In: AYERBE, Luis Fernando; BOJKIAN, Neusa Maria Pereira (Orgs.). **Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

BERNAL-MEZA, Raúl. **As relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e Mercosul**. Rev. bras. polít. int. Brasília, v.41, n. 1. 1998.

BOX, G.E.; TIAO, G.C. **Intervention analysis with application to economic and environmental problems**. J. Am. Stat. Assoc., v. 70, p. 70-79, 1975.

CARBAUGH, Roberto J. **Economia Internacional**. São Paulo: Cengage learning, 2008.

CASTILHO, M. Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: **Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**, Brasília: Ipea, 2011, p. 97-125.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHATFIELD, C. **The Analyses of Times Series: An Introduction**. 5 ed. New York: Chapman & Hall, 1996.

COTÉ, A. **Exchange rate volatility and trade**. Working Paper, Bank of Canada, n. 94-5, 1994.

Creswell, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

FILHO, Luís Abel da SILVA; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **Comércio internacional brasileiro**: Considerações para os setores industriais e de commodities. Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015 Vol. 38 (Nº 09) Año 2017. Disponível em:<<https://www.revistaespacios.com/a17v38n09/17380910.html>> Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

FIRJAN. Raio X: **Chile Panorama do mercado chileno**. Setembro,2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/vacat/Downloads/Raio-X%20Chile%20-%202018%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/vacat/Downloads/Raio-X%20Chile%20-%202018%20(4).pdf)> Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, C.O. de.; SILVA, F.A.; MATTOS, L.B.de. **Volatilidade da taxa de câmbio e seus efeitos sobre o fluxo de comércio dos países da América Do Sul**. Revista de Economia Contemporânea(2016)20(2):p.229249.Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rec/v20n2/1415-9848-rec-20-02-00229.pdf>> Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNINI, A. **Exchange Rates and Traded Goods Prices**. *Journal of international Economics*,24: 45- 68, 1988.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. Ed. São Paulo: atlas. 2017. 366 p.

IPEADATA. **Taxa de câmbio comercial para compra**. 2020. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38590&module=M> > Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

KOSHIYAMA, D. B. **Crescimento econômico e comércio externo**: Teorias e evidências empíricas para o Brasil. Diss. Master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PPGE/PUCRS. 2008.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMAZIÈRE, Georges. **Relatório de gestão embaixada do Brasil em Santiago**. 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?mime=application/pdf&dm=5088307>> Acesso em 22 de out de 2019

MAGALHÃES, J.C. **A Diplomacia pura**. Bertrand Editora, 1995.

MARTINS, Simone de Campos. **Fluxos de comércio externo entre Brasil e Rússia No período de 2000-2015**. Uberlândia, 6 de dezembro de 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Divisão de Inteligência Comercial. Brasil x Chile**. Guia de Comércio Exterior e Investimento. Brasília: MRE, 2016. Disponível em: < <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/SUMChileDEZ2016.pdf>> 08 de março de 2020.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. MDIC. **Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile**. 21 de nov de 2018. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19769-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile>> Acesso em 15 de nov de 2019

MOREIRA, A. **Teoria Das Relações Internacionais**. 2011.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações: A luta pelo Poder e pela Paz**. São Paulo: Universidade de Brasília – UNB, 2003.

NARAY, Olivier. **Commercial Diplomacy: a conceptual overview**. Trabalho apresentado à 7th World Conference of TPOs. The Hague, 2008.

OHLIN, B. **The theory of trade**. In: HECKSCHER, E. F., OHLIN, B. Heckscher-Ohlin trade theory. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **A ordem econômico-comercial internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial**. Contexto int. vol.29 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2007. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200001>> Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

POYER, Maria da Graça. **Introdução ao comércio exterior: livro didático** / Maria da Graça Poyer – Palhoça: UnisulVirtual, 2017.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2a ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed, São Paulo: Atlas, 2011.

SALES, Laiana Siqueira. **Análise estrutural e formação de preços no mercado de Cobre**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009. Disponível em:< https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3721/1/arquivo2893_1.pdf> Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

SILVA, J. R. (2002). **Estados e Empresas na Economia Mundial**. Vulgata, 1ª Edição, Lisboa.

SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves. **A teoria geral do comércio exterior: aspectos jurídicos e operacionais**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003.

TONELLI, Nicélio César. **Da diplomacia à história: o litígio das Missões (1889-1895)**. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974. Capítulo 8.

VEIGA, Pedro d. Mota; CORREA, Paulo Guilherme. **Avaliação dos impactos do AAP3 sobre as relações comerciais Brasil-Chile**. Funcex, N 073, Setembro, 1992. Disponível em: <C:\Users\LENOVO\Downloads\Documents\TDFUNCSEX073_2.pdf> Acesso em 22 de out de 2019

VIEIRA, Luiz Alfredo Mello; GUSMÃO, Luiz Antonio. **Chile**. Thesaurus Editora, Brasília – DF-2011.

WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior & Despacho Aduaneiro**. 4 ed. (ano 2007) 4 reimp./Paulo Lacerda Werneck. Curitiba: Jorua, 2011

XAVIER, Jorge Manuel Nunes. **Análise e previsão de séries temporais com modelos Arima e análise espectral singular**. Universidade Aberta, 2016. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5873/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jorge.Xavier_%201104916.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

ANEXOS

Anexo 01: Intercâmbio Comercial entre Brasil-Chile nos anos de 2009/18

PERÍODO	IMPORTAÇÕES FOB USS	EXPORTAÇÕES FOB USS	CORRENTE DE COMÉRCIO
2009	2676293955,00	2.653.507.807,00	5.329.801.762,00
2010	4.190.055.349,00	4.256.776.051,00	8.446.831.400,00
2011	4.546.947.030,00	5.417.200.596,00	9.964.147.626,00
2012	4.166.127.902,00	4.601.414.246,00	8.767.542.148,00
2013	4.320.470.055,00	4.482.944.997,00	8.803.415.052,00
2014	4.013.034.523,00	4.983.903.057,00	8.996.937.580,00
2015	3.391.400.097,00	3.977.939.847,00	7.369.339.944,00
2016	2.894.902.100,00	4.080.526.602,00	6.975.428.702,00
2017	3.452.615.044,00	5.031.366.706,00	8.483.981.750,00
2018	3.381.789.215,00	6.393.065.704,00	9.774.854.919,00

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados do MDIC (2019).

Anexo 02: Quantidade exportada e importada entra Brasil – Chile mensalmente no período de 2009/18

PERÍODO	M FOB USS	X FOB USS	QX KG	QM KG
2009.01	196.305.789,00	189.925.964,00	289.218.750,00	206.936.257,00
2009.02	133.534.858,00	160.478.263,00	219.484.106,00	178.233.678,00
2009.03	166.500.333,00	192.156.923,00	210.072.501,00	142.567.233,00
2009.04	221.737.804,00	175.345.872,00	116.620.107,00	231.340.455,00
2009.05	228.686.621,00	153.829.476,00	58.456.385,00	174.840.457,00
2009.06	198.862.013,00	229.748.726,00	296.855.324,00	250.240.934,00
2009.07	222.204.505,00	263.051.048,00	294.260.834,00	172.776.265,00
2009.08	211.833.887,00	216.704.316,00	233.261.504,00	166.880.668,00
2009.09	307.090.936,00	224.416.655,00	192.640.209,00	253.864.319,00
2009.10	261.081.983,00	243.390.328,00	195.714.442,00	127.210.373,00
2009.11	187.955.872,00	211.803.530,00	87.202.336,00	135.483.004,00
2009.12	340.499.354,00	392.656.706,00	305.196.093,00	151.713.943,00
2010.01	299.530.213,00	224.216.964,00	141.201.654,00	272.750.597,00
2010.02	322.060.933,00	226.408.065,00	133.483.054,00	180.212.055,00
2010.03	324.787.681,00	329.955.253,00	238.282.422,00	220.321.228,00
2010.04	271.422.503,00	331.822.021,00	155.229.320,00	252.261.970,00
2010.05	321.790.343,00	356.912.534,00	185.084.116,00	248.798.387,00

2010.06	361.059.446,00	337.434.197,00	238.058.360,00	249.309.833,00
2010.07	306.186.002,00	381.575.055,00	280.258.825,00	273.985.389,00
2010.08	359.989.837,00	343.467.822,00	221.427.796,00	248.539.788,00
2010.09	360.145.926,00	398.081.772,00	380.364.167,00	206.168.457,00
2010.10	405.216.970,00	267.604.164,00	83.207.045,00	211.116.828,00
2010.11	420.332.094,00	285.901.249,00	132.159.009,00	322.304.944,00
2010.12	437.533.401,00	773.396.955,00	1.018.755.945,00	322.330.867,00
2011.01	399.114.577,00	369.807.188,00	356.743.032,00	208.407.181,00
2011.02	331.912.512,00	467.347.392,00	483.817.516,00	209.651.812,00
2011.03	363.201.895,00	258.234.866,00	101.525.871,00	150.272.546,00
2011.04	394.646.065,00	626.822.972,00	573.876.872,00	283.330.466,00
2011.05	449.329.748,00	411.953.187,00	277.759.078,00	296.666.188,00
2011.06	402.279.529,00	544.871.419,00	467.319.709,00	287.572.006,00
2011.07	378.830.250,00	410.687.491,00	328.695.199,00	275.326.513,00
2011.08	443.726.335,00	509.397.404,00	379.700.531,00	227.926.942,00
2011.09	323.612.563,00	324.911.589,00	138.528.339,00	255.748.334,00
2011.10	358.723.800,00	509.376.825,00	368.316.407,00	209.616.835,00
2011.11	386.031.866,00	501.292.417,00	373.872.076,00	271.590.588,00
2011.12	315.537.890,00	482.497.846,00	287.068.851,00	229.989.149,00
2012.01	339.064.559,00	318.775.640,00	224.416.825,00	298.259.348,00
2012.02	284.564.211,00	275.715.765,00	146.105.388,00	241.419.439,00
2012.03	386.722.892,00	465.882.955,00	313.047.456,00	309.348.592,00
2012.04	326.259.964,00	269.568.381,00	81.424.122,00	230.154.366,00
2012.05	393.061.089,00	581.020.298,00	418.453.825,00	210.103.205,00
2012.06	320.204.387,00	270.408.918,00	86.205.888,00	237.709.802,00
2012.07	396.599.987,00	346.845.124,00	143.442.793,00	245.369.187,00
2012.08	363.581.541,00	443.395.903,00	221.260.509,00	220.568.392,00
2012.09	251.630.814,00	333.201.040,00	172.530.417,00	275.836.559,00
2012.10	348.440.387,00	334.961.061,00	105.371.038,00	155.506.792,00
2012.11	369.807.299,00	566.575.639,00	423.506.225,00	251.309.614,00

2012.12	386.190.772,00	395.063.522,00	260.393.539,00	252.729.715,00
2013.01	309.353.765,00	234.170.712,00	77.975.213,00	249.559.200,00
2013.02	189.170.516,00	329.394.265,00	218.826.890,00	145.482.476,00
2013.03	475.294.702,00	372.150.340,00	229.489.938,00	308.298.175,00
2013.04	429.096.027,00	342.026.939,00	144.094.533,00	327.234.968,00
2013.05	390.820.160,00	450.550.685,00	345.478.348,00	309.584.301,00
2013.06	304.924.462,00	357.463.942,00	230.403.529,00	171.758.414,00
2013.07	273.750.603,00	334.730.378,00	134.329.832,00	166.871.787,00
2013.08	329.099.479,00	393.594.316,00	182.958.898,00	195.874.998,00
2013.09	250.137.284,00	398.556.158,00	270.749.528,00	115.572.529,00
2013.10	500.760.416,00	431.294.116,00	299.362.616,00	254.528.221,00
2013.11	351.927.815,00	406.377.357,00	293.417.671,00	303.445.027,00
2013.12	516.134.826,00	432.635.789,00	364.345.450,00	350.777.508,00
2014.01	351.182.422,00	368.109.524,00	264.498.719,00	303.380.945,00
2014.02	311.291.007,00	241.754.830,00	89.383.891,00	193.544.052,00
2014.03	311.981.506,00	389.557.053,00	286.596.276,00	137.840.369,00
2014.04	334.812.118,00	649.054.967,00	657.784.629,00	355.467.908,00
2014.05	416.923.068,00	319.594.874,00	205.059.698,00	305.812.416,00
2014.06	258.967.958,00	252.900.950,00	134.745.237,00	284.882.298,00
2014.07	432.455.200,00	671.154.490,00	625.837.977,00	324.174.826,00
2014.08	291.722.668,00	433.665.839,00	365.956.695,00	146.634.155,00
2014.09	288.235.212,00	424.891.079,00	351.100.363,00	281.726.778,00
2014.10	324.009.670,00	449.537.909,00	385.827.619,00	287.624.410,00
2014.11	371.222.576,00	314.965.452,00	266.239.595,00	246.484.328,00
2014.12	320.231.118,00	468.716.090,00	493.541.309,00	204.386.870,00
2015.01	318.549.142,00	294.946.646,00	350.276.682,00	232.644.559,00
2015.02	287.918.170,00	181.976.107,00	100.976.465,00	234.660.221,00
2015.03	314.201.609,00	429.941.733,00	577.717.357,00	229.967.414,00
2015.04	231.576.400,00	276.766.831,00	218.492.258,00	126.474.555,00
2015.05	261.937.940,00	382.768.166,00	508.373.194,00	243.432.614,00

2015.06	262.163.893,00	345.488.197,00	351.558.439,00	230.823.912,00
2015.07	438.776.432,00	425.375.867,00	571.337.836,00	421.716.509,00
2015.08	234.881.480,00	277.482.715,00	239.652.197,00	143.863.488,00
2015.09	230.113.119,00	376.763.122,00	545.512.747,00	160.278.056,00
2015.10	263.298.926,00	335.710.900,00	381.548.494,00	217.516.088,00
2015.11	324.972.670,00	313.819.673,00	316.953.375,00	195.105.158,00
2015.12	223.010.316,00	336.899.890,00	408.940.566,00	294.510.123,00
2016.01	158.697.945,00	326.051.062,00	763.039.893,00	64.954.300,00
2016.02	222.083.439,00	262.893.032,00	376.207.697,00	185.507.187,00
2016.03	214.071.179,00	334.122.339,00	661.108.223,00	331.212.160,00
2016.04	338.320.716,00	345.881.989,00	688.986.532,00	318.044.569,00
2016.05	288.962.169,00	272.007.981,00	250.089.312,00	302.336.046,00
2016.06	256.274.135,00	336.476.616,00	517.909.011,00	295.981.684,00
2016.07	223.561.482,00	334.899.409,00	423.521.880,00	171.723.712,00
2016.08	263.132.038,00	416.681.314,00	560.012.833,00	303.920.807,00
2016.09	248.238.293,00	389.622.819,00	479.233.216,00	254.359.007,00
2016.10	233.079.411,00	333.070.221,00	384.734.633,00	290.643.879,00
2016.11	239.067.579,00	432.680.792,00	577.602.785,00	201.759.109,00
2016.12	209.413.714,00	296.139.028,00	120.651.196,00	169.214.886,00
2017.01	354.806.363,00	363.682.942,00	402.742.735,00	310.056.582,00
2017.02	228.694.288,00	445.195.121,00	643.576.960,00	153.591.457,00
2017.03	317.414.884,00	460.020.683,00	530.929.691,00	324.616.527,00
2017.04	236.971.040,00	407.496.632,00	553.414.014,00	174.158.250,00
2017.05	320.349.571,00	309.276.420,00	170.996.421,00	373.886.581,00
2017.06	262.356.090,00	496.337.500,00	797.192.337,00	224.202.531,00
2017.07	263.237.775,00	470.509.475,00	698.481.101,00	177.008.363,00
2017.08	300.124.116,00	420.049.808,00	463.883.910,00	197.411.609,00
2017.09	290.103.709,00	434.991.215,00	612.543.528,00	287.163.381,00
2017.10	296.401.707,00	396.757.961,00	459.513.048,00	198.929.047,00
2017.11	319.147.609,00	316.195.791,00	131.910.377,00	296.829.460,00
2017.12			664.583.106,00	167.620.268,00

	263.007.892,00	510.853.158,00		
2018.01	302.922.058,00	541.856.319,00	832.766.149,00	176.535.107,00
2018.02	207.065.274,00	419.307.051,00	417.731.780,00	149.092.949,00
2018.03	287.402.936,00	532.512.819,00	534.580.458,00	185.771.158,00
2018.04	342.004.248,00	560.713.047,00	696.058.865,00	250.997.043,00
2018.05	245.256.336,00	473.534.422,00	527.020.847,00	121.473.993,00
2018.06	277.899.237,00	464.800.949,00	436.142.959,00	208.121.587,00
2018.07	355.301.201,00	539.339.939,00	667.028.836,00	190.145.578,00
2018.08	321.622.780,00	501.562.734,00	322.027.337,00	233.255.009,00
2018.09	236.153.369,00	604.921.634,00	622.411.260,00	218.275.230,00
2018.10	319.430.699,00	659.011.318,00	703.529.367,00	309.532.562,00
2018.11	239.605.971,00	547.857.240,00	471.987.175,00	140.413.140,00
2018.12	247.125.106,00	547.648.232,00	444.535.243,00	227.616.340,00

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados do MDIC (2019).

Anexo 03: Índice de relação de troca entre Brasil-Chile nos anos de 2009/18. (Valores demonstrados mensalmente)

PERIODO	PX USS	PM USS	IRT (2012.01=100)	IRT (2012.01=100) X-12 ARIMA AJUSTE SAZONAL
2009.01	0,66	0,95	55,40	62,20
2009.02	0,73	0,75	78,10	81,93
2009.03	0,91	1,17	62,68	80,08
2009.04	1,50	0,96	125,54	87,59
2009.05	2,63	1,31	161,02	124,05
2009.06	0,77	0,79	77,94	75,60
2009.07	0,89	1,29	55,63	57,08
2009.08	0,93	1,27	58,57	69,65
2009.09	1,16	1,21	77,07	68,15
2009.10	1,24	2,05	48,49	61,98
2009.11	2,43	1,39	140,12	122,22
2009.12	1,29	2,24	45,88	63,70
2010.01	1,59	1,10	115,72	128,08
2010.02	1,70	1,79	75,96	75,63
2010.03	1,38	1,47	75,18	96,97

2010.04	2,14	1,08	159,00	113,36
2010.05	1,93	1,29	119,32	95,22
2010.06	1,42	1,45	78,33	75,17
2010.07	1,36	1,12	97,50	98,42
2010.08	1,55	1,45	85,71	100,51
2010.09	1,05	1,75	47,95	43,21
2010.10	3,22	1,92	134,10	165,63
2010.11	2,16	1,30	132,76	118,41
2010.12	0,76	1,36	44,76	61,25
2011.01	1,04	1,92	43,32	48,32
2011.02	0,97	1,58	48,83	45,75
2011.03	2,54	2,42	84,22	108,30
2011.04	1,09	1,39	62,76	46,99
2011.05	1,48	1,51	78,37	63,66
2011.06	1,17	1,40	66,70	62,87
2011.07	1,25	1,38	72,67	73,88
2011.08	1,34	1,95	55,15	63,75
2011.09	2,35	1,27	148,34	135,44
2011.10	1,38	1,71	64,68	75,07
2011.11	1,34	1,42	75,50	69,55
2011.12	1,68	1,37	98,04	129,31
2012.01	1,42	1,14	100,00	112,96
2012.02	1,89	1,18	128,13	118,16
2012.03	1,49	1,25	95,27	117,89
2012.04	3,31	1,42	186,91	147,84
2012.05	1,39	1,87	59,40	48,57
2012.06	3,14	1,35	186,36	175,59
2012.07	2,42	1,62	119,72	123,23
2012.08	2,00	1,65	97,29	109,39
2012.09	1,93	0,91	169,43	156,71
2012.10	3,18	2,24	113,54	125,29
2012.11	1,34	1,47	72,76	68,69
2012.12	1,52	1,53	79,46	100,26
2013.01	3,00	1,24	193,89	219,50
2013.02	1,51	1,30	92,65	85,26
2013.03	1,62	1,54	84,18	98,90
2013.04	2,37	1,31	144,87	121,62
2013.05	1,30	1,26	82,68	69,94
2013.06	1,55	1,78	69,94	65,98
2013.07	2,49	1,64	121,57	127,56
2013.08	2,15	1,68	102,47	110,27
2013.09	1,47	2,16	54,43	50,08

2013.10	1,44	1,97	58,61	61,48
2013.11	1,38	1,16	95,57	93,62
2013.12	1,19	1,47	64,59	76,55
2014.01	1,39	1,16	96,22	109,72
2014.02	2,70	1,61	134,58	123,33
2014.03	1,36	2,26	48,06	54,24
2014.04	0,99	0,94	83,84	74,91
2014.05	1,56	1,36	91,49	81,55
2014.06	1,88	0,91	165,24	154,83
2014.07	1,07	1,33	64,34	68,59
2014.08	1,19	1,99	47,67	49,33
2014.09	1,21	1,02	94,66	85,88
2014.10	1,17	1,13	82,78	83,67
2014.11	1,18	1,51	62,86	64,42
2014.12	0,95	1,57	48,51	54,12
2015.01	0,84	1,37	49,22	56,61
2015.02	1,80	1,23	117,55	105,41
2015.03	0,74	1,37	43,59	47,93
2015.04	1,27	1,83	55,37	52,08
2015.05	0,75	1,08	56,00	53,16
2015.06	0,98	1,14	69,25	64,17
2015.07	0,74	1,04	57,27	62,09
2015.08	1,16	1,63	56,76	56,21
2015.09	0,69	1,44	38,50	35,19
2015.10	0,88	1,21	58,17	56,35
2015.11	0,99	1,67	47,57	50,73
2015.12	0,82	0,76	87,07	92,12
2016.01	0,43	2,44	14,00	16,28
2016.02	0,70	1,20	46,71	41,56
2016.03	0,51	0,65	62,58	67,25
2016.04	0,50	1,06	37,77	37,39
2016.05	1,09	0,96	91,07	87,22
2016.06	0,65	0,87	60,05	56,27
2016.07	0,79	1,30	48,61	53,62
2016.08	0,74	0,87	68,78	66,28
2016.09	0,81	0,98	66,67	62,51
2016.10	0,87	0,80	86,40	81,52
2016.11	0,75	1,18	50,60	53,87
2016.12	2,45	1,24	158,73	162,54
2017.01	0,90	1,14	63,15	73,81
2017.02	0,69	1,49	37,18	32,75
2017.03	0,87	0,98	70,92	74,47

2017.04	0,74	1,36	43,31	45,46
2017.05	1,81	0,86	168,94	160,97
2017.06	0,62	1,17	42,58	40,39
2017.07	0,67	1,49	36,25	41,55
2017.08	0,91	1,52	47,67	44,83
2017.09	0,71	1,01	56,26	53,45
2017.10	0,86	1,49	46,38	42,36
2017.11	2,40	1,08	178,42	186,77
2017.12	0,77	1,57	39,21	38,89
2018.01	0,65	1,72	30,35	36,38
2018.02	1,00	1,39	57,84	51,55
2018.03	1,00	1,55	51,53	52,44
2018.04	0,81	1,36	47,31	53,04
2018.05	0,90	2,02	35,62	33,57
2018.06	1,07	1,34	63,87	61,20
2018.07	0,81	1,87	34,63	41,31
2018.08	1,56	1,38	90,40	82,94
2018.09	0,97	1,08	71,89	67,92
2018.10	0,94	1,03	72,64	64,86
2018.11	1,16	1,71	54,44	56,75
2018.12	1,23	1,09	90,81	86,43

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados do MDIC (2019)

Anexo 04: Índice de relação de troca e preço exportado e importado considerando a sazonalidade entre Brasil-Chile (Valores demonstrados mensalmente no período de 2009/18)

PERIODO	IRT (2012.01=100) X-		
	12 ARIMA TENDENCIA	PRECO EXPORTACAO AJUSTE SAZONAL USS	PRECO IMPORTACAO AJUSTE SAZONAL USS
2009.01	82,25	0,76	1,01
2009.02	80,41	0,80	0,83
2009.03	81,10	1,03	1,06
2009.04	80,77	1,14	1,11
2009.05	80,18	2,47	1,26
2009.06	79,28	0,78	0,89
2009.07	78,28	0,93	1,33
2009.08	77,90	0,94	1,15
2009.09	78,19	1,29	1,37
2009.10	79,35	1,15	1,53
2009.11	81,55	2,00	1,46
2009.12	84,45	1,59	2,20
2010.01	87,75	1,83	1,18
2010.02	91,09	1,83	1,95
2010.03	93,92	1,56	1,35
2010.04	95,65	1,65	1,23

2010.05	95,89	1,85	1,26
2010.06	94,46	1,39	1,61
2010.07	91,64	1,41	1,15
2010.08	87,62	1,54	1,30
2010.09	82,71	1,15	1,98
2010.10	77,13	2,99	1,48
2010.11	71,41	1,82	1,36
2010.12	66,17	0,93	1,32
2011.01	61,88	1,20	2,05
2011.02	58,81	1,02	1,70
2011.03	57,40	2,90	2,25
2011.04	57,77	0,87	1,55
2011.05	59,90	1,43	1,50
2011.06	64,03	1,12	1,57
2011.07	69,66	1,30	1,40
2011.08	76,28	1,30	1,75
2011.09	83,58	2,57	1,42
2011.10	91,05	1,29	1,38
2011.11	98,19	1,15	1,44
2011.12	105,07	1,97	1,31
2012.01	111,69	1,66	1,21
2012.02	117,70	1,96	1,24
2012.03	122,76	1,71	1,19
2012.04	126,49	2,71	1,54
2012.05	128,51	1,35	1,90
2012.06	128,78	3,03	1,52
2012.07	127,54	2,51	1,62
2012.08	124,76	1,91	1,49
2012.09	120,64	2,11	1,02
2012.10	115,81	2,96	1,87
2012.11	111,10	1,16	1,46
2012.12	106,70	1,71	1,45
2013.01	102,67	3,53	1,30
2013.02	99,07	1,53	1,34
2013.03	95,78	1,86	1,50
2013.04	93,02	2,05	1,40
2013.05	90,90	1,27	1,32
2013.06	89,43	1,49	1,98
2013.07	88,18	2,58	1,60
2013.08	87,28	1,99	1,52
2013.09	86,74	1,60	2,43
2013.10	86,35	1,34	1,72
2013.11	86,16	1,23	1,13
2013.12	86,12	1,29	1,40
2014.01	85,94	1,63	1,20
2014.02	85,49	2,72	1,63

2014.03	84,51	1,53	2,24
2014.04	82,94	0,90	0,98
2014.05	80,93	1,54	1,45
2014.06	78,75	1,79	1,00
2014.07	76,35	1,11	1,27
2014.08	73,73	1,07	1,80
2014.09	71,35	1,30	1,16
2014.10	69,55	1,09	1,03
2014.11	68,12	1,09	1,45
2014.12	66,75	1,00	1,50
2015.01	65,28	0,99	1,40
2015.02	63,61	1,78	1,23
2015.03	61,87	0,83	1,38
2015.04	60,15	1,19	1,88
2015.05	58,32	0,77	1,15
2015.06	56,22	0,92	1,24
2015.07	53,99	0,77	0,97
2015.08	51,97	1,02	1,49
2015.09	50,28	0,73	1,64
2015.10	49,00	0,83	1,16
2015.11	48,27	0,95	1,58
2015.12	48,35	0,84	0,73
2016.01	49,20	0,50	2,47
2016.02	50,66	0,68	1,19
2016.03	52,73	0,55	0,66
2016.04	55,36	0,49	1,07
2016.05	58,27	1,11	1,03
2016.06	61,06	0,62	0,95
2016.07	63,46	0,83	1,19
2016.08	65,31	0,65	0,80
2016.09	66,46	0,86	1,10
2016.10	66,76	0,83	0,80
2016.11	66,14	0,72	1,11
2016.12	64,68	2,44	1,19
2017.01	62,62	1,05	1,14
2017.02	60,22	0,67	1,45
2017.03	57,57	0,94	1,01
2017.04	54,77	0,75	1,35
2017.05	52,02	1,81	0,93
2017.06	49,52	0,60	1,29
2017.07	47,54	0,72	1,34
2017.08	46,15	0,78	1,43
2017.09	45,18	0,75	1,14
2017.10	44,53	0,84	1,57
2017.11	44,20	2,22	0,99
2017.12	44,33	0,74	1,51

2018.01	44,82	0,76	1,67
2018.02	45,77	0,95	1,34
2018.03	47,33	1,07	1,60
2018.04	49,46	0,85	1,33
2018.05	52,15	0,88	2,22
2018.06	55,24	1,06	1,48
2018.07	58,55	0,89	1,68
2018.08	61,70	1,34	1,31
2018.09	64,37	1,03	1,21
2018.10	66,39	0,92	1,13
2018.11	67,69	1,05	1,55
2018.12	68,19	1,16	1,05

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados do MDIC (2019)